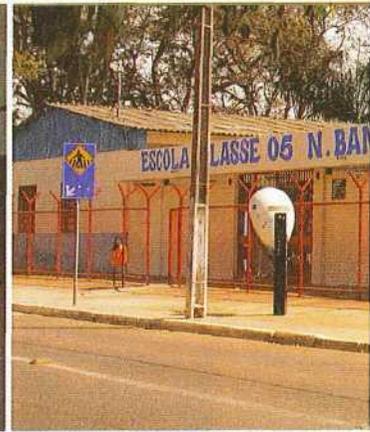
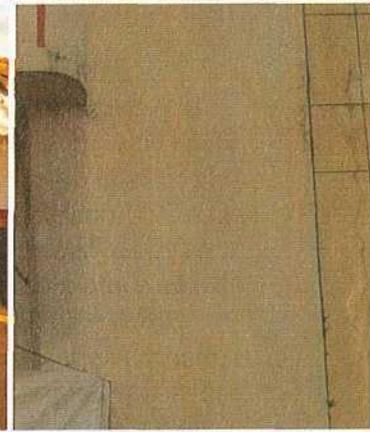
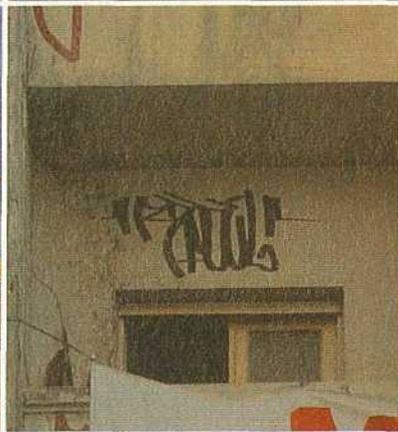
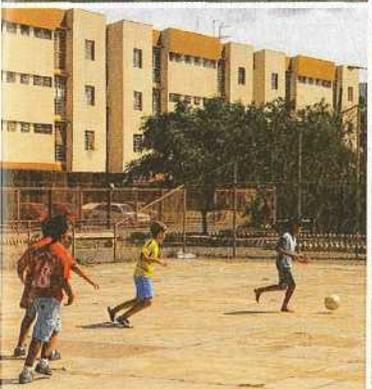
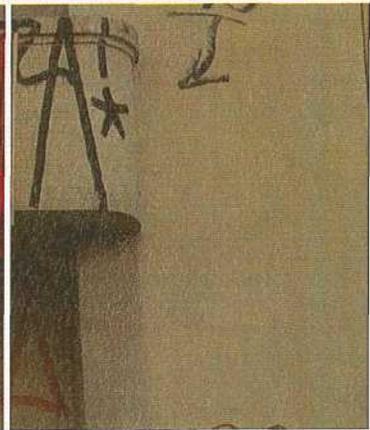


FENAE www.fenae.org.br
Agora
 Edição 35 - ano 6
 1º/9 a 15/10/2003
 distribuição gratuita

Publicação da Fenae - Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal



As várias faces da vida urbana



Unidade de todos os bancários dá o tom da campanha salarial de 2003

Terceirização na Caixa ultrapassa todos os limites e causa caos

Governo quer mudar sistema de cobrança de tributos no país

Cidades e problemas

O cidadão das grandes metrópoles brasileiras convive próximo às facilidades da vida urbana, mas em geral vê-se rodeado pela precariedade dos serviços públicos, falta de acesso à moradia, saneamento e transporte de qualidade, ausência de uma política urbana integrada. Esta edição apresenta alguns pontos de reflexão sobre a problemática urbana brasileira.

FENAE AGORA traz também o início da campanha salarial dos bancários, as principais resoluções do Congresso Nacional dos Empregados da Caixa e outros temas do Cotidiano da empresa.

A revista viaja ainda até Sergipe, para contar a história de caboclinhos e lambe-sujos; fala sobre a regeneração das matas brasileiras, a partir do manejo florestal; conta a história da Conjuração Baiana, movimento histórico pela liberdade e igualdade; e trata da corrida rústica em suas diversas modalidades.



- 4 Jânio de Freitas analisa os novos buracos negros da política
- 5 Os problemas enfrentados por quem mora nas grandes cidades
- 10 Bancários de todo o país deflagram campanha salarial, unificada
- 12 Empregados da Caixa aderem à mesa única com a Fenaban
- 13 CNB/CUT e Caixa negociam criação de GT sobre assédio moral
- 14 Terceirização de mão-de-obra gera caos nas unidades e agências
- 15 Diretoria de RH quer estabelecer nova política de contratação
- 16 Novo plano da Funcef deve seguir nova configuração da legislação
- 17 Fenaec Corretora transfere sede do Rio de Janeiro para Brasília
- 18 Apcef/PB mantém trabalho de caráter social em Cidade Recreio
- 19 Música de coral traduz a chama de cultura de empregados da Caixa
- 20 A atuação do Banco Central no sistema financeiro nacional
- 21 Discussão da reforma tributária avança e movimenta governo
- 24 Manejo florestal diminui prejuízo ao meio ambiente
- 26 Corrida rústica ganha as ruas e conquista cada vez mais adeptos
- 27 Conjuração Baiana: movimento oriundo das classes populares
- 28 Laranjeiras (SE) promove festa de Caboclinhos e Lambe-Sujos
- 30 Dieese: legislação coíbe trabalho na infância e na adolescência

Defesa da Caixa e da Funcef, sustentação ao movimento dos empregados, ações jurídicas, informação, esporte, lazer, cultura... Estas são algumas das atividades da Fenaec, mantidas com a contribuição dos bancários da Caixa. É o **Fenaec/Doações** em prol de uma empresa melhor para se trabalhar. **Participe! Contribua!**

Rede

Cinema expresso

Curta-metragens brasileiros têm várias centrais na Internet. Uma delas é a página

www.portacurtas.com.br, patrocinada pela Petrobras. O projeto tem centenas de títulos disponíveis e exhibe os curtas sem cortes e com respeito aos direitos autorais.

Mais curta-metragens brasileiros:

www.curtacurta.com.br, página com quase 150 curtas, entrevistas, notícias e outras informações.

www.curtagora.com, da Interrogação Filmes e da organização social. Mnemocine, dedicado à pesquisa sobre a produção de curta-metragens no Brasil, com resumo dos filmes, ficha completa e outros dados.



Consumidor atento

O nome da página é difícil, mas o conteúdo pode facilitar a vida dos consumidores. A partir do endereço

www.procon.pb.gov.br/modules.php?name=Web_Links&l_op=viewlink&cid=4 é possível chegar a 15 coordenadorias ou procuradorias de defesa do consumidor estaduais, os Procons, e a alguns sítios municipais.

No mundo real

Quem preferir o endereço físico do Procon de seu estado pode procurar em

www.amoran.com.br/procon.htm

Preço baixo

A Seae (Secretaria de Acompanhamento Econômico) do Ministério da Fazenda estuda a criação de uma página de acompanhamento de preços. Enquanto o governo não lança seu endereço, vale a pena comparar preços na Internet em páginas comerciais:

www.compareprecos.com.br - auxilia a comparar preços de produtos.
www.promaismais.com.br/economia/ - programa para ser baixado no computador.

E ainda:

www.buscape.com.br,
www.bondfaro.com.br,
www.jacotei.com.br e
www.tempormenos.com.br.



Bola na rede

Páginas oficiais, torcidas organizadas, páginas criadas por adversários... Os principais clubes do futebol brasileiro têm um vasto acervo na rede mundial. O sítio www.isfa.com/server/web/futebol/clubes.html traz alguns dos principais endereços dos grandes e médios times nacionais, divididos por região.

Páginas oficiais

Quem procura apenas pelas páginas oficiais dos grandes times pode conferir a página esporte.uol.com.br/links_futebol.jhtm, que traz ainda os endereços de alguns jogadores, times internacionais e associações de futebol.

Buracos negros

Até o buraco na camada de ozônio, pelo qual os biofísicos vêem o futuro negro do nosso poluído planeta, vem sendo medido com pretensa precisão. Os buracos negros e outros buracos no afamado céu de anil do nosso Brasil também se fazem conhecidos e metrificados. É verdade que essas medições são parte das maravilhas da astronomia, uma ciência especializada em descobrir hoje o erro total do que afirmara ontem. Mas nem que faça uso de idêntica liberdade de errar o governo pode ter idéia do buraco aberto no seu prestígio pelo que está sendo o primeiro quarto do mandato.

Se os distanciados fossem só os servidores públicos, já seria um contingente com poder multiplicador de opinião, pela constante presença dos professores universitários na mídia, mas talvez controlável com alguma habilidade futura (desde que isso não ficasse a cargo de Ricardo Berzoini, é claro). Ninguém sabe, porém, até onde vão os efeitos corrosivos da maneira como o governo e suas "reformas" se impuseram na contramão das expectativas dos que o elegeram.

Como exemplo para ilustrar a extensão da incógnita, tomemos o caso de Salvador. Seria lógico que o PT se aproveitasse da condição de governo federal e das más condições do PFL e do PMDB na capital baiana, para enfim atirar-se com boas possibilidades à conquista da prefeitura de Salvador. As duas figuras óbvias para a escolha partidária seriam Jacques Wagner e Nelson

Pellegrino, que desfrutam dos trampolins eleitorais de um ministério e da liderança petista na Câmara. Ora, exatamente pelo que seriam os trampolins desejados por todo pré-candidato, as funções daqueles dois os puseram na primeira linha do petismo "esqueça o que eu disse a vida toda".

Se sairmos de Salvador para o Brasil afora, o quadro é mais ou menos o mesmo, a começar do reduto petista de São Paulo, onde a presunção vazia de Marta Suplicy depende, para reeleger-se, da inexistência de concorrente com possibilidades mesmo que apenas razoáveis. E as eleições para as prefeituras já estão ao alcance das vistas que mirem 2004. Ou seja, ocorrem em um prazo no qual o governo Lula, ao que tudo indica, não poderia recuperar parte substancial do prestígio evaporado, a menos que fizesse reversões que dele não devem ser esperadas - ao menos no futuro presentível.

Elevar o tema, das prefeituras até o governo federal, não

introduz diferenças essenciais no buraco. Nem torna mais fácil ou mais difícil mensurá-lo. No momento em que escrevo, percebe-se com clareza que a Presidência e suas assessorias importantes tateiam, na tentativa já meio aflita de encontrar um ponto de apoio para agir contra o buraco, ainda que só para deter-lhe o possível crescimento. Agências de publicidade estão sendo contratadas, mais verbas para propaganda estão sendo liberadas, mais pessoas na alta hierarquia governamental estão fazendo a concessão, até há pouco rigidamente proibida, de falar com alguns jornalistas. Ou, mais precisamente, com algumas jornalistas: como no governo passado, montam o circuito das e dos cupinxas, o que é sempre um sinal com variados sentidos.

A rigor, o próprio governo Lula é um buraco negro: ninguém sabe o que é nem como virá a ser. E, por tudo o que posso deduzir, nem dentro do governo há quem saiba mesmo. 

A vida no espaço da grande cidade

Morar nas grandes cidades brasileiras traz dificuldades e benefícios próprios

Marcio Achilles Sardi
Jornalista da Fenaé

A histórica ausência de políticas públicas integradas joga as cidades brasileiras num cenário de caos. O alto preço dos imóveis nos grandes centros, na faixa das cinco casas decimais, obriga a população de baixa renda a morar na periferia, na maioria da vezes pagando alugueis superiores ao salário mínimo. Transporte caro e ineficiente transforma quilômetros a percorrer em até quatro horas perdidas por dia dentro de um ônibus ou trem. É na periferia que está grande parte dos domicílios ainda sem serviços de esgoto e água tratada. Também é longe dos bairros nobres ou do centro das metrópoles em que dificilmente há coleta de lixo.

O cenário é mais claro quando se transforma os problemas em números. Na região Metropolitana de São Paulo, uma casa de 50 metros quadrados custa, em média, R\$ 50.000,00. O transporte público nas grandes cidades varia de R\$ 1,50 a até R\$ 3,00. O

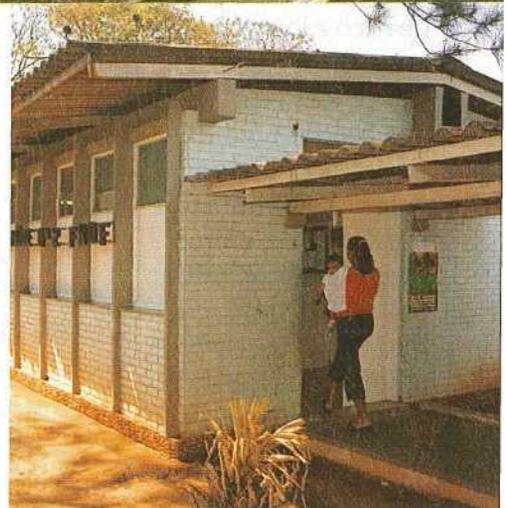
desemprego beira os 20% nas grandes metrópoles. Juntas, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, as três maiores cidades do país, gastaram R\$ 13,4 bilhões contra a violência somente no ano passado. Apenas 52,8% dos domicílios no Brasil têm rede de esgoto. Com água tratada, 76,1%. A coleta de lixo atinge 79,9% das casas. Difícil não ligar esses dados à mortalidade infantil, que atinge 60 crianças com menos de cinco anos a cada mil nascidas. Dos indicadores sociais básicos, o único que chega perto da universalidade é a luz elétrica, presente em 94,8% das residências.

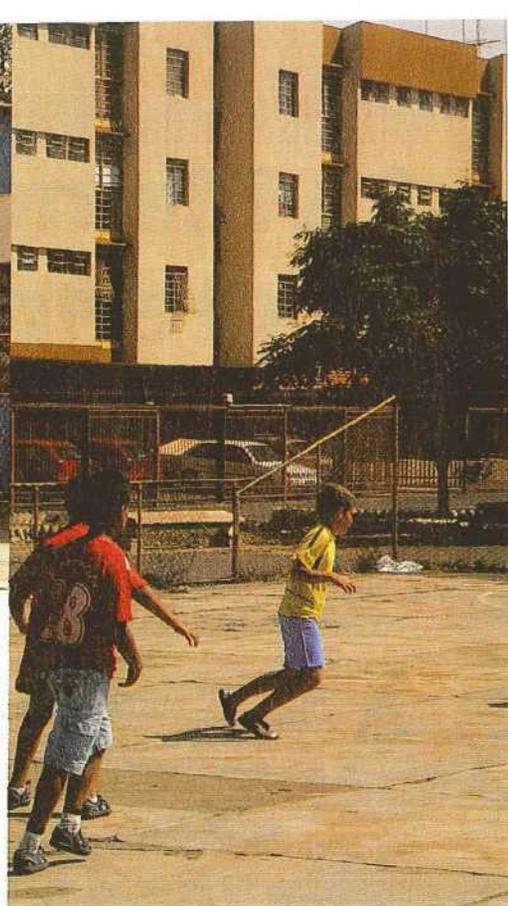
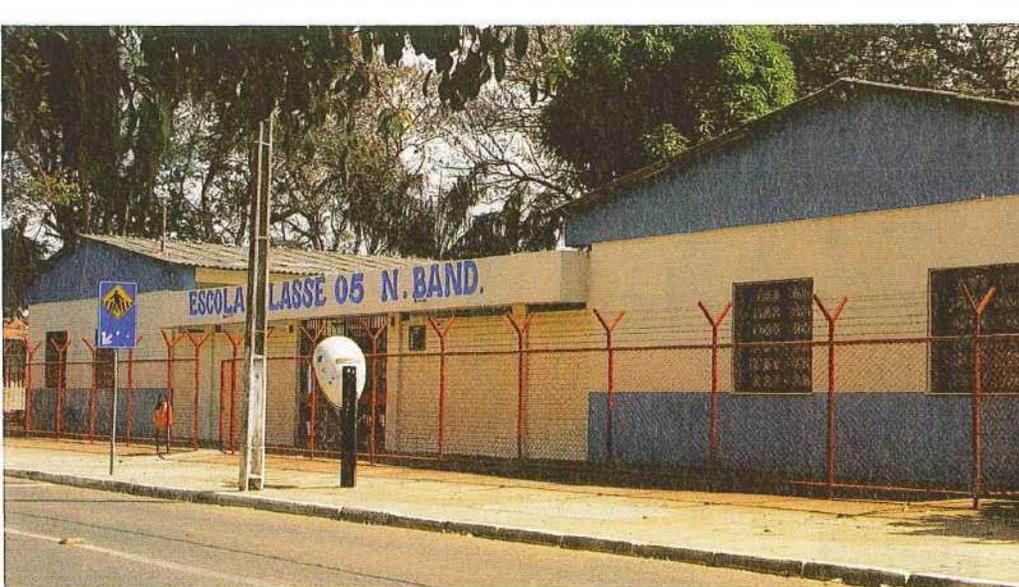
Quando se fala em equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde, quadras esportivas, a situação também está longe do ideal. Sim, as cidades con-

centram esses benefícios. Na verdade, o que a vida urbana do país oferece, para 81% da população brasileira, são facilidades ao lado de problemas, acesso aos benefícios do lado moderno junto à precariedade da vida cotidiana.



Augusto Coelho





Condição precária explica os problemas dos cidadãos

"As condições de vida nas cidades brasileiras são muito precárias para a maioria da população, o que se expressa na existência de favelas, cortiços, ocupações de risco e loteamentos irregulares, que concentram graves problemas de serviços e equipamentos urbanos ligados à educação, à saúde, ao saneamento ambiental, à cultura, aos transportes e outros", avalia Orlando Alves dos Santos Júnior, diretor nacional do programa Direito à Cidade da Fase (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional), uma das entidades coordenadoras do FNUR (Fórum Nacional de Reforma Urbana). Para ele, há duas formas de desigualdade nas cidades: de um lado, o desequilíbrio entre os centros mais desenvolvidos e os municípios que sofrem esvaziamento econômico e demográfico; de outro, "a desigualdade, no in-

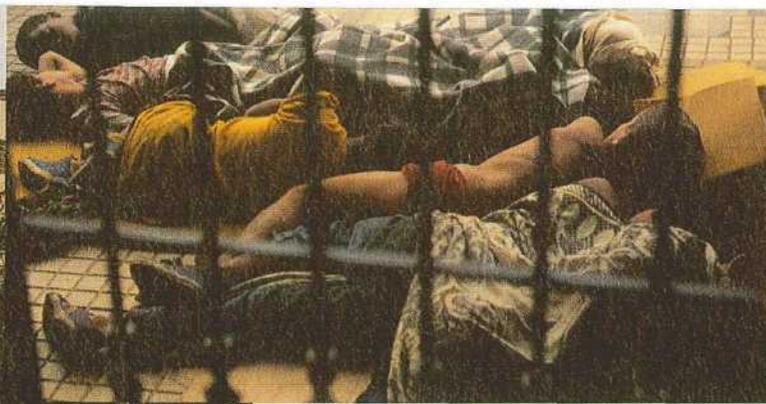
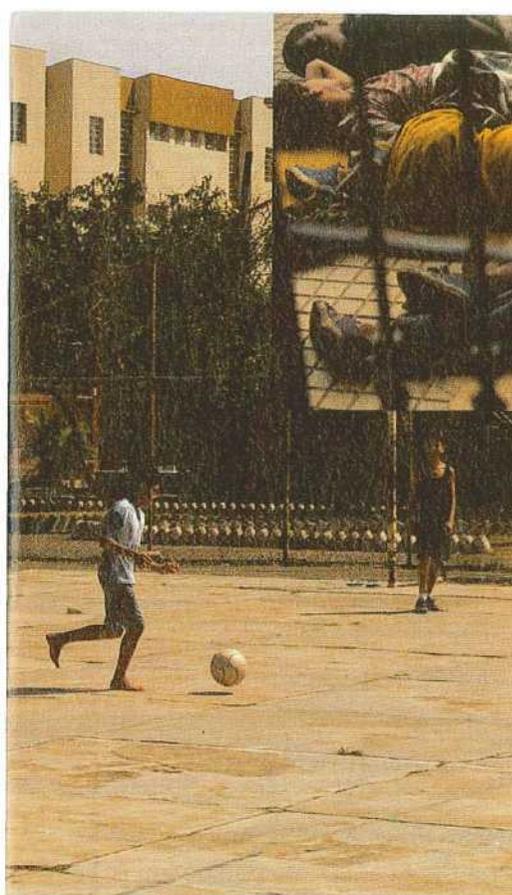
Mortalidade infantil chega a 60 crianças com menos de 5 anos a cada mil nascidas

terior das metrópoles e centros regionais, entre os que têm acesso a bens e serviços urbanos e os que são excluídos dos benefícios do progresso".

Tudo começa, segundo a urbanista Ermínia Maricato, secretária executiva dos Ministério das Cidades, por conta de "uma dinâmica pela qual nossas cidades crescem, a partir de um modelo excludente, perverso, de segregação e de ausência do direito à cidade para uma boa parte da população, ausência do direito às áreas verdes, de lazer, equipamento cultural, mas também coisas básicas, como saneamento, transporte e habitação dignos". Ermínia aponta que "não se reverte um processo deste tamanho em curto prazo", mas afirma que o Ministério e o governo estão implantando as condições objetivas para essa transformação.

Para efetivar mudanças desse volume, os movimentos liga-

dos à questão urbana defendem uma nova gestão das cidades, com maior participação social. "A cidade é um espaço fundamental para a construção de uma nova ordem social, mais justa, igualitária e inclusiva", diz Orlando Júnior (leia trechos da entrevista com ele e com Ermínia Maricato nesta matéria). A democratização da gestão urbana é justamente um dos pontos principais que as entidades populares e de pesquisa levarão à Conferência das Cidades, que acontecerá em outubro. A secretaria executiva do Ministério defende, também, a participação social nas decisões sobre a política urbana. E cita a Conferência como um dos primeiros passos nessa direção.



As grandes cidades possuem facilidades mas também são grandes espaços de exclusão

Fonte: IBGE

Brasil e grandes regiões	Taxa de Fecundidade total (1)	Esperança de vida ao nascer			Taxa de mortalidade infantil/mil (2)	Taxa de mortalidade menores de 5 anos/mil (3)
		Homens	Mulheres	Infantes		
Brasil	2,33	68,4	64,6	72,3	34,8	60,7
Norte	3,14	68,2	65,3	71,4	32,7	
Nordeste	2,59	65,5	62,4	68,5	52,8	96,4
Sudeste	2,10	69,4	65,0	74,1	25,7	36,7
Sul	2,16	70,8	67,1	74,8	22,8	35,2
Centro-oeste	2,15	69,1	66,0	72,7	26,1	41,1

Ministério aposta na criação de Conselho

Leia a seguir trechos de entrevista com Ermínia Maricato, do Ministério das Cidades. A íntegra está na página da Fenae - www.fenae.org.br

Fenae Agora - O que mudou para o cidadão brasileiro com a criação do Ministério das Cidades?

Ermínia Maricato - Eu diria que está mudando. Estamos diante de uma situação, que é a

condição urbana no Brasil, bastante dramática e que foi algo construído durante muito tempo.

Há na verdade uma dinâmica pela qual nossas cidades crescem, um modelo excludente. O importante é que estamos começando a pavimentação de um outro caminho.

FA - E o ministério está procurando isso?

Ermínia

Estamos começando a dar os primeiros passos. Temos propostas, que vão ser discutidas na Conferência das Cidades. Vamos criar um Conselho, com participação de entidades do setor privado,



movimentos sociais, entidades profissionais, entidades de pesquisa das universidades, e incluindo entidades representativas dos municípios, prefeituras e governos estaduais. As prefeituras são nossos parceiros por excelência.

FA - O que é necessário fazer?

Ermínia - E fundamental não quebrar o diálogo. Precisamos virar de ponta-cabeça a lógica da produção da habitação no Brasil. Moradia não é só casa. Não entendemos a moradia isolada da cidade.

Saneamento e energia

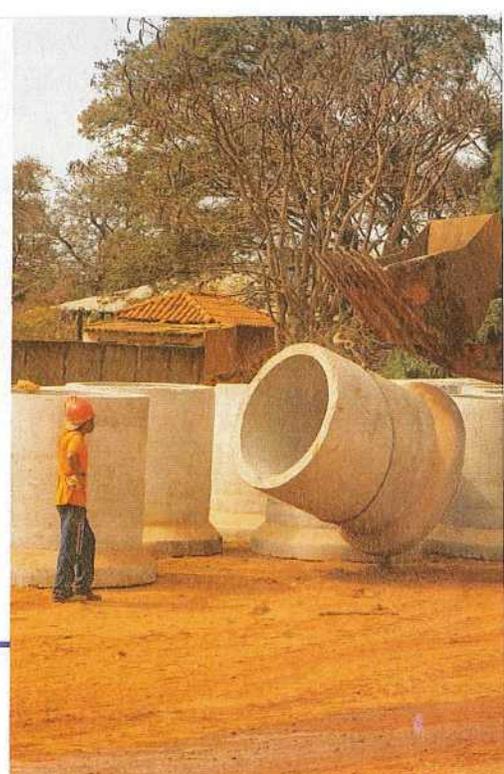
Fonte: IBGE

Domicílios por condição de saneamento e luz elétrica (%) - 1999

Brasil e grandes regiões	Água canalizada e rede geral de distribuição	Esgoto e fossa séptica	Lixo coletado	Luz elétrica
Brasil (1)	76,1	52,8	79,9	94,8
Norte (2)	61,1	14,8	81,4	97,8
Nordeste	58,7	22,6	59,7	85,8
Sudeste	87,5	79,6	90,1	98,6
Sul	79,5	44,6	83,3	98,0
Centro-oeste	70,4	34,7	82,1	95,0

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

(2) Exclusiva a população rural



Cidades concentram facilidades e exclusão

FENAE AGORA entrevistou Orlando Júnior, da Fase, sobre as políticas públicas para o desenvolvimento urbano. Leia trechos abaixo. A íntegra da entrevista está na página da Fenae - www.fenae.org.br.

Fenae Agora - Como podemos conceituar a realidade do cidadão que vive na zona urbana dos municípios brasileiros?

Orlando Júnior - A importância da problemática urbana pode ser evidenciada no fato de as cidades brasileiras concentrarem cerca de 81% da população e 90% do PIB (Produto Interno Bruto). As condições de vida nas cidades brasileiras são muito precárias para a maioria da população.

FA - O que é necessário para integrar o pensamento pú-

blico sobre a vida urbana?

Orlando Júnior - O primeiro passo é mudar a concepção da gestão da cidade e desenvolver novos instrumentos e mecanismos de participação social que expressem essa nova concepção. Queremos com isso registrar que a cidade é um espaço fundamental para a construção de uma nova ordem social, mais justa, igualitária e inclusiva.

E preciso reconhecer a importância da cidade e o potencial transformador e democrático das dinâmicas sociais que se desenvolvem no espaço urbano. Torna-se imperativo um novo projeto de cidade, numa perspectiva democrática, que possa articular o conjunto das intervenções sobre a vida urbana.

FA - Há dois anos, foi aprovado o estatuto das cidades. O que ainda falta para sua efetivação?

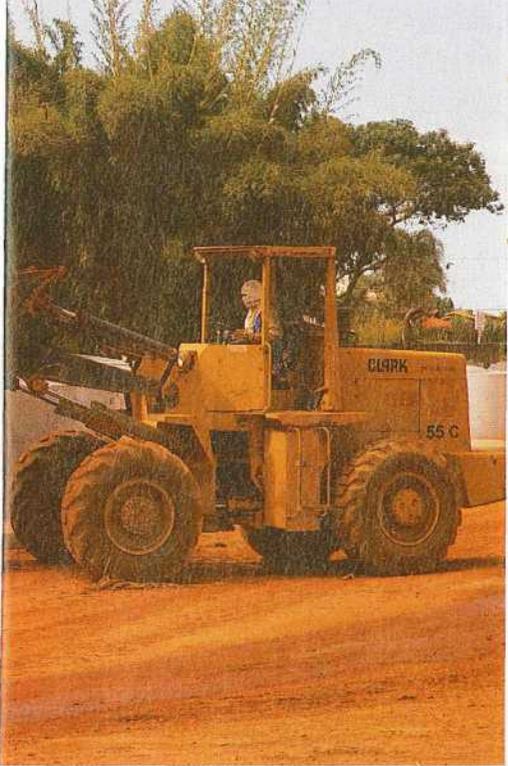
Orlando Júnior - A apro-

A cidade é fundamental para a construção de uma nova ordem social

vação do estatuto significou um grande avanço na perspectiva da reforma urbana e da plataforma de cidades justas e democráticas. E preciso registrar que sua implementação depende em grande parte dos municípios, que são os responsáveis pela gestão da política urbana e têm enfrentado grandes dificuldades, que envolvem não apenas problemas de capacitação técnica, mas também questões de ordem política.

No entanto, a transformação do estatuto em políticas concretas e instrumentos de gestão urbana depende de todos os níveis de governo, mas também da participação dos movimentos sociais e da pressão da sociedade.





As regiões Nordeste e Norte sofrem com a falta de uma rede de esgoto sanitário

A Caixa é o braço urbano do governo

A Caixa Econômica Federal atua historicamente como agente do governo federal na habitação, saneamento e desenvolvimento urbano. Com a incorporação do BNH (Banco Nacional de Habitação), a execução das políticas nessas áreas passou a ser centralizada pela empresa.

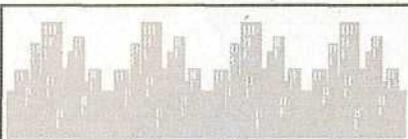
A falta de uma política única para a problemática urbana, no entanto, fez a Caixa navegar ao sabor dos interesses dos sucessivos governos. Basta recuperar a quantidade de órgãos que foram criados e extintos para tratar da área. Já houve mais de um ministério, várias secretarias subordinadas a instâncias diferentes, autarquias e empresas públicas. "O pior aconteceu nos períodos de ênfase comercial da

Caixa, quando o setor de desenvolvimento urbano ficava abandonado", avalia Demosthenes Marques, gerente nacional de políticas sociais da Suden (Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Social) da Caixa.

Com tantas reviravoltas, não há nem mesmo a memória dos investimentos feitos pela empresa em habitação e saneamento, ou então dos financiamentos concedidos para os estados e municípios. Além disso, Orlando Júnior, da Fase, observa que "a Caixa tem seguido as diretrizes dos sucessivos governos, tem sido agente político e financeiro das políticas que resultaram em aumento das desigualdades sociais e da eclosão da atual crise urbana". Tanto Orlando Júnior quanto Demosthenes - como de resto, possivelmente, todos os empregados e a sociedade - esperam que a

Caixa se volte em outra direção a partir de agora, financiando efetivamente o desenvolvimento urbano a partir das necessidades da população mais carentes.

Ministério cita a Conferência das Cidades como espaço de participação da sociedade



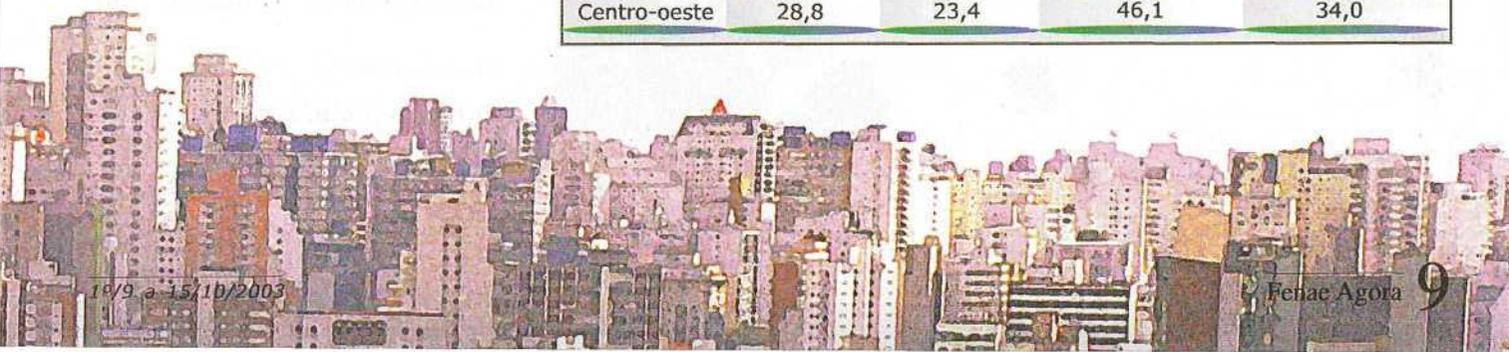
Evolução do preço do metro quadrado de imóveis residenciais na Região Metropolitana de São Paulo, em dólar comercial

Data	Preço médio
1993.....	593
1994.....	642
1995.....	756
1996.....	658
1997.....	663
1998.....	711
1999.....	479
2000.....	511
2001.....	422
2002.....	400
Média últimos 10 anos.....	584

Fonte: Embraesp (Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio)

Brasil e grandes regiões	Taxa de mortalidade infantil / mil		Taxa de mortalidade p/ menores de 5 anos de idade / mil (2)	
	♂	♀	♂	♀
Brasil	39,4	30,0	65,5	56,0
Norte	37,8	27,3		
Nordeste	58,9	46,3	105,7	86,1
Sudeste	29,7	21,5	41,4	32,0
Sul	25,9	19,6	36,2	29,6
Centro-oeste	28,8	23,4	46,1	34,0

Fonte: IBGE



A unificação de todos os bancários

Categoria reivindica reajuste de 21,58%, garantia no emprego e fim do assédio moral

Começa a campanha salarial de 2003 de toda a categoria bancária, contemplando os trabalhadores de bancos públicos e privados. A data-base é primeiro de setembro, mas a primeira rodada em torno da minuta mínima de reivindicações, entregue pela Executiva Nacional dos Bancários à Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) no último dia 31 de julho, estabeleceu um calendário e determinou os procedimentos das

**Bancários
querem rapidez
para negociar
recomposição
do poder
de compra**

negociações entre bancários e banqueiros, cujo objetivo é celebrar o acordo coletivo deste ano. Essa primeira rodada, realizada dia oito de agosto, em São Paulo, marcou o início concreto das negociações. Nas reuniões seguintes, que estavam agendadas para 14 e 21 de agosto, a CNB/CUT (Confederação Nacional dos Bancários) esperava negociar rapidamente a recomposição do poder de compra de todos os trabalhadores do sistema financeiro nacional.

As principais reivindicações são reajuste de 21,58%, salário de ingresso de R\$ 1.421,62, PLR (participação no lucro ou resultado) de 25% do lucro bruto do sistema financeiro,

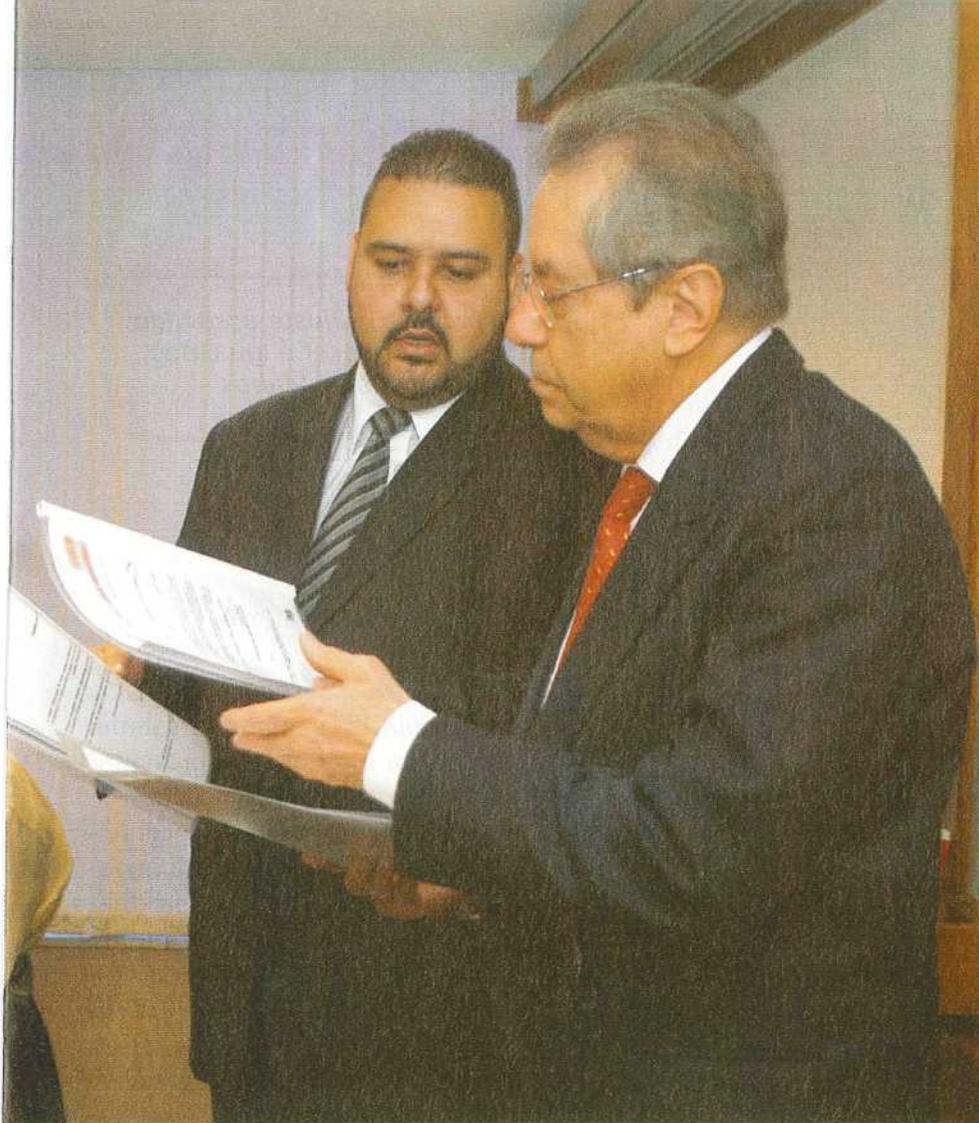
auxílio-refeição de R\$ 13,54, cesta-alimentação de R\$ 213,94 e garantia no emprego. O índice pleiteado é composto por 16,43% da inflação de setembro de 2002 a agosto de 2003, referente ao ICV calculado pelo Dieese, mais 0,42% de resíduo inflacionário do acordo do ano passado e 3,99% de produtividade.

A minuta mínima unificada abrange, principalmente, cláusulas econômicas, além de itens que tratam da participação dos bancários em cursos e seminários. A idéia é remeter as demais cláusulas

Primeira rodada definiu os principais procedimentos para as negociações



Jailton Garcia



Minuta de reivindicações entregue à Febraban contém todos os itens econômicos

sulas para as mesas temáticas. Na primeira rodada, por sugestão da Executiva Nacional dos Bancários, os representantes da Fenaban concordaram com a proposta de criação das mesas temáticas sobre terceirização, segurança, saúde, igualdade de oportunidades, jornada de trabalho e dirigentes sindicais. Houve acordo ainda a respeito da data de instalação dessas mesas: 15 dias após a assinatura do acordo coletivo.

Bancos públicos fazem parte da mesa única

Uma das novidades da campanha salarial deste ano é a participação dos trabalhadores dos bancos públicos federais na mesa única com a Fenaban. Para isso,

no último dia cinco de agosto, a CNB/CUT e as comissões de empresa da Caixa, Banco do Brasil e BNB (Banco do Nordeste) entregaram documento com pedido para que as direções desses bancos acatem as negociações unificadas com a Fenaban e assumam o compromisso de cumprir a Convenção Coletiva Nacional da categoria bancária, a ser negociada por todo este mês. Os temas específicos dos trabalhadores dos bancos federais, como plano de cargos e salários, terceirização e assédio moral, entre outros, vão ser discutidos em mesa permanente de negociação entre as direções

das empresas e a representação dos empregados. Isto vem acontecendo, no caso da Caixa, desde março deste ano.

A estratégia de unificação das mesas dos bancos públicos e privados, como um dos pilares da campanha salarial deste ano, foi aprovada pela V Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CNB/CUT, que ocorreu em São Paulo em 11 de julho. O presidente da CNB/CUT e coordenador da Executiva Nacional dos Bancários, Vagner Freitas de Moraes, diz que o processo unificado possibilita um maior nível de mobilização da categoria bancária, "facilitando a conquista de um reajuste que devolva o poder de compra dos trabalhadores e agregue novas conquistas". Ele acha ainda

ser mais vantajoso para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva negociar no conjunto, no caso dos bancos públicos federais, do que ter de enfrentar campanhas salariais específicas.

Com certeza, a unificação dos bancos privados e públicos fortalece o conjunto da categoria bancária no embate com os banqueiros e governo.

Processo unificado possibilita maior nível de mobilização dos bancários





Augusto Coelho

Índice de reajuste aprovado no XIX Conecef é igual aos dos demais bancários

Mesa única também nos bancos federais

XIX Conecef referenda estratégia da campanha salarial unificada para os empregados da Caixa

Um documento com pedido para que a direção da Caixa Econômica Federal acate a Convenção Coletiva Nacional a ser negociada em mesa única, entre a Executiva Nacional dos Bancários e a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), foi entregue a Jorge Mattoso no último dia cinco de agosto, em Brasília, pela CNB/CUT (Confederação Nacional dos Bancários) e pela CEE/Caixa (Comissão Executiva dos Empregados).

A estratégia de campanha salarial unificada com toda a categoria bancária foi referendada pelo XIX Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal), realizado entre os dias 25 e 27 de julho, em São Paulo. Com isso a minuta mínima unificada, definida na V Conferência Nacional

dos Trabalhadores do Ramo Financeiro e entregue aos banqueiros em 31 de julho, foi adotada como sendo também a pauta de reivindicações dos bancários da Caixa.

Índice de reajuste é igual aos dos demais bancários

O XIX Conecef contou com a participação de 317 delegados e 46 observadores. Além da campanha nacional unificada com todos os bancários, o evento endossou os eixos aprovados na Conferência Nacional da CNB/CUT, como a garantia no emprego, o aumento salarial, o fim do assédio moral, a organização por local de trabalho, a defesa de uma política de juros menores e a luta contra a independência do Banco Central. O índice de reajuste a ser reivindicado é de 21,58%, que inclui a inflação de setembro de 2002 a agosto de 2003 de 16,43%, o resíduo inflacionário de 0,42%, referente ao acordo do ano passado, e um ganho de produtividade de 3,99%.

Outra decisão vinculada à estratégia de campanha salarial unificada é a de não apresentar uma minuta de reivindicações específicas. Mas o XIX Conecef reiterou ainda o princípio da negociação permanente com a direção da empresa, envolvendo temas que são exclusivos dos empregados da Caixa, entre os quais plano de cargos e salários, terceirização, jornada de trabalho, assédio moral, processos seletivos internos, saúde etc.

Composição da CEE/Caixa continua por entidades

Por decisão do XIX Conecef, a CEE/Caixa continua composta pelas entidades que integram a Executiva Nacional dos Bancários, a CNB/CUT e as federações ou departamentos de bancários de Santa Catarina, Bahia e Sergipe, Centro-Norte, São Paulo e Mato Grosso do Sul (Feeb), Rio de Janeiro e Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo (Fetec), Nordeste, Paraná e Minas Gerais.

Cabe à CEE/Caixa assessorar a CNB/CUT nas negociações com a direção da empresa, além de encaminhar as decisões do Conecef e do Comando Nacional dos Empregados da Caixa.

Prevenção contra o assédio moral

Criação de GT paritário está sendo negociada entre a CNB/CUT e a direção da empresa

A criação de um grupo de trabalho paritário, com a idéia de desenvolver iniciativas preventivas contra a difusão do assédio moral na Caixa Econômica Federal. Isso é o que CNB/CUT (Confederação Nacional dos Bancários), CEE/Caixa (Comissão Executiva dos Empregados) e Comissão de Negociação da empresa planejam fazer para pôr fim à ocorrência de pressões, ameaças constantes e exigência de cumprimento de metas descabidas que continuam a causar pânico no Cotidiano das agências e unidades. O assunto foi tema de negociação entre o movimento nacional dos empregados e a direção da empresa, realizada no início de junho, mas até o momento não há previsão de data para a

instalação de grupo de trabalho sobre assédio moral.

Na rodada de negociação em que o assunto esteve em pauta, a CNB/CUT cobrou a adoção de medidas que venham contribuir para que a Caixa se torne uma empresa melhor para se trabalhar. Foi com este objetivo, inclusive, que a representação dos empregados propôs uma parceria para a realização de atividades, como seminários e debates, com vistas a produzir material conjunto sobre o tema. A proposta visa a prevenção. Um dos objetivos é que o assédio moral deixe de ser um instrumento utilizado

Departamentos de RH têm papel vital no combate à prática de assédio moral

por administradores para levar parcela expressiva de empregados à desmotivação profissional, com a incidência de fatores como auto-estima rebaixada, estresse e aquisição distúrbios de saúde relacionados ao ambiente de trabalho.

As cláusulas 60 e 61 da minuta mínima unificada, entregue à Fenaban (Federação Nacional

dos Bancos) no final de julho, prevê punição exemplar para quem praticar assédio moral no sistema financeiro nacional. Para combater situações constrangedoras, humilhantes e vexatórias no ambiente bancário, a campanha salarial unificada dos bancários pretende estabelecer que as instituições financeiras públicas e privadas passem a custear a implementação de programas de prevenção, proteção e informação contra as práticas de assédio moral. Outra meta da minuta mínima unificada é obrigar o empregador, o Sesmt (Serviço Especializado em Segurança de Medicina do Trabalho) e a Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) a averiguarem o assédio moral nas relações de trabalho, adotando as medidas necessárias para coibi-lo.

Para a pesquisadora francesa Marie France Hirigoyen, uma das maiores especialistas do mundo sobre o tema, o assédio moral cria dificuldades ao Cotidiano do trabalhador, com sequelas físicas. Ela acredita, conforme manifestou em recente seminário de que participou no Brasil, que os departamentos de recursos humanos das empresas têm papel fundamental



Terceirização ilimitada e caótica

Prestadores de serviços na Caixa somam quase que o número de empregados próprios

A terceirização de mão-de-obra na Caixa avançou de uma forma ao mesmo tempo avassaladora e caótica nos últimos anos. Ultrapassou todos os limites: o do legalmente possível, o do administrativamente ponderável e o das atitudes pouco responsáveis na gestão de uma empresa pública, que, em última instância, pertence à sociedade e a ela deve servir.

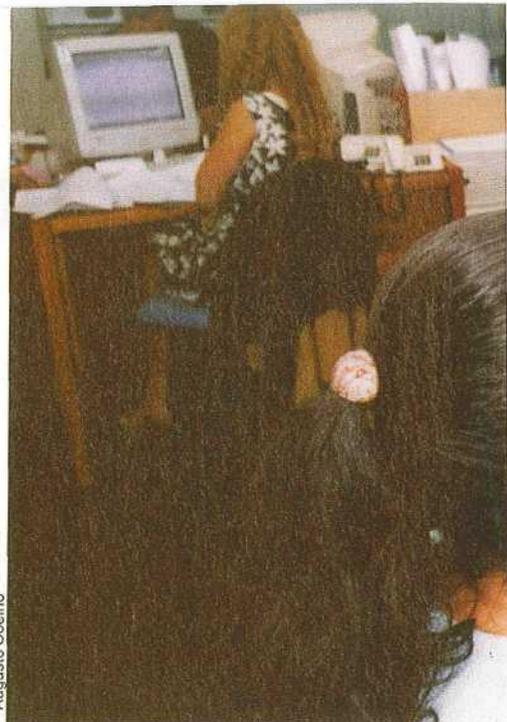
Esta é, em síntese, a avaliação e também a preocupação já há algum tempo apresentadas pelas representações dos bancários e que, novamente, mereceram destaque no último Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa).

O quantitativo de trabalhadores hoje na Caixa divide-se quase que ao meio entre os que são do quadro próprio da empresa e os que são prestadores de serviços. Os primeiros são 55.317 (dados de julho deste ano) e os últimos, 49.400.

Esses 49.400 terceirizados são alocados nas atividades de digitação e operação de computador (cerca de 18 mil), de vigilância e serviços gerais (cerca de 15 mil), de operação de telemarketing (1.000), de caixa-rápido ou retaguarda (8.500) e nas que são atribuídas aos bancários temporários (6.800).

Há ainda as empresas contratadas, que atuam na cobrança comercial e imobiliária, a prestação de serviços nas áreas técnicas (engenharia, jurídico, saúde), cujos profissionais não atuam, necessariamente, nas dependências da empresa, e os 8.900 estagiários e os 2.800 menores.

Plínio Pavão, novo coordenador da CEE/Caixa; "É grande o desafio de reverter as terceirizações"



Augusto Coelho

A distorção, que acaba implicando em deterioração das condições de trabalho e em sobrecarga para o quadro profissional próprio, mantém-se praticamente inalterada nestes oito meses

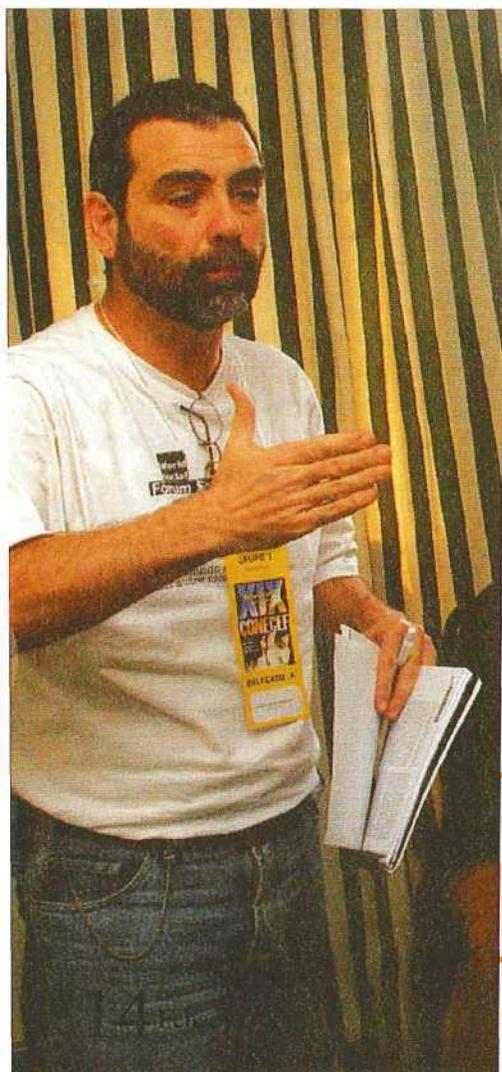
de nova gestão, a despeito das reiteradas declarações de que o processo de terceirização será revertido. "O desafio é grande e exige medidas efetivas por parte dos que têm a incumbência maior de enfrentá-lo, até porque há decisões

judiciais determinando a reversão da política de contratação adotada até aqui", ressalta Plínio Pavão, novo coordenador da CEE/Caixa (Comissão Executiva dos Empregados).

Empresa sofre reiteradas condenações na Justiça

Em 2001, o Ministério Público tomou por base denúncias da Fena e dos sindicatos e ingressou na Justiça com ação civil pública e pedido de liminar contra a terceirização de atividades-fim na Caixa. Uma liminar foi concedida, impedindo

Além de 49.400
terceirizados,
há ainda na
Caixa 8.900
estagiários e
2.800 menores



Augusto Coelho



Prestadores de serviços exercem atividades nas mais diversas áreas da empresa

novas contratações e renovação dos contratos que estavam em vigor. Em abril deste ano, a juíza do Trabalho Renata Reis D'Ávilla Calil, da 2ª Vara Trabalhista de Campinas (SP), determinou que a Caixa substitua, gradativamente, 371 terceirizados das unidades de Campinas, Jaguariúna e Valinhos por empregados concursados.

Por força de acordo firmado no Ministério Público, entre o Sindicato dos Bancários de Campinas e a Caixa, a empresa deverá apresentar, em janeiro de 2004, um cronograma para a substituição dos contratados por locadoras de mão-de-obra, em todo o país.

Os delegados presentes ao XIX Conecef enxergaram a necessidade de uma negociação que estabeleça um período de transição para a substituição da mão-de-obra terceirizada, já que se trata de mais de 40 mil trabalhadores. Nessa transição, cabe à Caixa exigir que as prestadoras de serviços ofereçam garantias mínimas aos terceirizados, entre as quais piso de bancário, cesta-alimentação e tíquete-refeição.

Diretora de RH vislumbra nova política de contratação

A diretora de Recursos Humanos da Caixa, Diva de Souza Dias, assegura que estão sendo tomadas as iniciativas necessárias ao estabelecimento de uma nova política de terceirização de serviços na empresa. Segundo ela, está sendo feito um mapeamento de tudo o que há de serviço terceirizado, com informações sobre o número de contratados e as atividades desempenhadas por esse tipo de mão-de-obra.

Para levar a cabo esse mapeamento, foi anunciado por Diva de Souza a criação de um GT (grupo de trabalho), ainda em agosto. As propostas para a nova política de terceirização seriam anali-

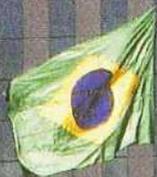
sadas por um Conselho Consultivo, que também estaria sendo criado. A expectativa da diretora é de que a conclusão do mapeamento e a definição dos parâmetros básicos da nova política de terceirização possam ser viabilizadas em aproximadamente 90 dias.

A posição da atual diretoria da Caixa é pela manutenção de serviços terceirizados em "apenas algumas atividades, naquelas previstas pela legislação". E também pela revisão das "contratações que possam implicar em comprometimento da segurança e da estratégia de atuação da empresa".

Há ainda, segundo a diretora de RH, o entendimento de que, mesmo nas áreas em que a terceirização é tida como possível, as contratações feitas no último período ficaram "acima do nível".



Diva de Souza, da Caixa



Novo plano para adequar a fundação à nova legislação

Caixa encaminha grupo de trabalho para estudar planos de benefício da Funcef

Começa um processo que vai dar nova configuração aos planos de benefício da Funcef (Fundação dos Economistas Federais). Como resultado do acordo de pagamento da dívida da Caixa com a fundação, grupo de trabalho composto pela Caixa e pela Funcef estuda alterações nos planos REB e Replan. Também foi criado um grupo para elaborar um novo plano de benefícios, "atendendo proposição dos conselheiros eleitos para o Conselho Deliberativo da fundação".

Em ofício à Funcef, a Caixa sugeriu a instituição de grupo de trabalho com três representantes da empresa, três da fundação e três entre os participantes, além da presença, nas discussões, dos três membros suplentes entre os representantes dos associados.

Novo plano deverá seguir alterações na legislação

Há certas premissas que deverão ser seguidas na elaboração do novo plano de benefícios. Esses pontos foram aprovados no XIX Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa). Entre elas, estão:

Contribuição definida para os eventos programáveis e de benefício definido para invalidez e pensão por morte.

Ausência da exigência de idade mínima e de benefício do INSS para concessão do benefício complementar.

Il Enquadramento à lei complementar 109/01, respeitando os no-

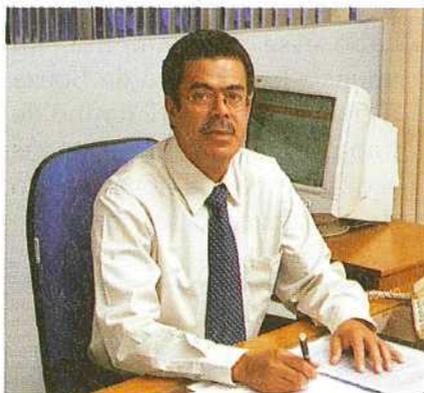
vos institutos da portabilidade, benefício proporcional diferido e resgate da totalidade das contribuições pessoais.

● Caracterização da responsabilidade da Caixa em caso de déficit, também conforme a lei 109/01, e estabelecimento do limite de 8,34% para as contribuições da empresa.

• Garantia de recomposição dos benefícios dos participantes do Replan, nas mesmas condições do REB.

● Possibilidade de migração das reservas do Replan e do REB para o novo plano.

Distribuição, nas contas individuais, das contribuições da patrocinadora de forma paritária.



"As mudanças deviam ter sido feitas em 1998", afirma Antônio Bráulio de Carvalho

Conselheiros querem discutir toda a Funcef

Os representantes do movimento dos empregados no Conselho Deliberativo da Funcef observam que os planos de benefício estarão adequados à realidade da fundação somente quando os problemas do fundo forem discutidos de maneira global. Isto incluiu não só um novo plano, mas a reavaliação dos regulamentos atuais, a revisão da situação de grupos de participantes - como os aposentados do PMPP e os oriundos da Prevhav -, a instituição da gestão paritária em todas as instâncias da Funcef, e a adequação total à nova legislação da Previdência complementar.

Antônio Bráulio de Carvalho, diretor da Fena e membro eleito do Conselho Deliberativo, ao lado de José Carlos Alonso e Francisca de Assis Araújo, observa que “as mudanças propostas agora para estudo deveriam ter sido implantadas em 1998, quando o Replan foi fechado a adesões e o REB foi criado”.

A partir daquele momento, em 1998, com a emenda constitucional nº 20, o valor que deveria ser aportado pela patrocinadora acabou se transformando em obrigação paritária entre patrocinadora e participantes. Pelo Replan, enquanto a contribuição da Caixa passa de 7,57% para 10,95%, a última faixa de contribuição dos associados sobe de 14,73% para 22%. No REB, o custo é paritário, limitado a 7% do total da folha de participação. Em compensação, o benefício pode cair.

“Precisamos analisar esses e outros pontos, para que a complementação dos benefícios paga pela Funcef garanta o poder de compra dos participantes após a aposentadoria”, diz Bráulio, que cita como exemplo o fato de muitos aposentados não receberem complemento nenhum pela Funcef, pois seus vencimentos estão abaixo do teto do INSS. **FA**

Seguros



Augusto Coelho

“A mudança foi planejada com antecedência”, diz Alexandre Siqueira

Fenae Corretora em novo endereço

Sede em Brasília aproxima a empresa dos seus maiores parceiros comerciais

Primero de setembro marca a mudança da sede da Fenae Corretora de Seguros. A empresa, cuja matriz sempre funcionou no Rio de Janeiro, passa para Brasília. A transferência de sede se deve à abertura de novas frentes de negócios e à necessidade de maior proximidade com os principais parceiros comerciais, a Caixa Econômica Federal e a Caixa Seguros.

“Planejamos tudo com bastante antecedência e agora podemos mudar, para fi-

caros próximos de nossos parceiros. Foram meses de preparação, até viabilizarmos uma transferência segura que garantisse o andamento das atividades” diz Alexandre Siqueira, diretor executivo da Corretora.

Quando foi fundada, em julho de 1973, a Fenae Corretora tinha como um de seus principais objetivos gerar fundos para as ações de cunho social de seus acionistas, a Fenae e associações do pessoal da Caixa nos estados. A capacidade demonstrada ao longo do tempo e o conhecimento em sua área de atuação transformaram a Corretora, nesses 30 anos, em uma das maiores do país. A empresa está hoje em quinto lugar entre as corretoras de seguros do Brasil. **FA**

O novo endereço da seguradora é:

SCN quadra 2, edifício Liberty Mall, torre B, 13º andar
Brasília, Distrito Federal - CEP 70712-903

Telefone (61) 424-1500

Central de Atendimento 0800 601 8080 (ligações gratuitas, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h).

Solidariedade, uma marca da Apcef/PB

A Apcef/PB (Associação do Pessoal da Caixa) mantém ao longo dos últimos anos um trabalho de caráter social junto à comunidade de Cidade Recreio, em João Pessoa.

Cidade Recreio tem cerca de mil famílias vivendo em situação precária: sem água encanada, sem escola, sem esgoto e demais serviços necessários à preservação da saúde e da cidadania. A água utilizada pela comunidade é fornecida pela Apcef há mais de 10 anos.

Entre as iniciativas da associação em Cidade Recreio está o primeiro curso para alfabetização de adultos, realizado em parceria com o projeto Sal da Terra, da Igreja Católica local, e coordenado pelos líderes da comunidade.

A Apcef esteve também à

frente do Mutirão Social, desta vez em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, a Pastoral da Saúde, a Universidade Federal de Paraíba e a comunidade. No mutirão houve, durante uma semana, vacinação, corte de cabelo, consultas médicas, cadastramento para o Vale Gás e para o Cartão do SUS, palestras educativas e tratamento para pediculose e outros parasitas. Para as crianças, foram oferecidas ainda orientações sobre como escovar os dentes - muitas delas nunca haviam utilizado um lavatório.

A Apcef /PB segue apoiando as iniciativas que vissem promover a saúde, a educação e o esporte na Cidade Recreio e em outras comunidades. ©



Aparecida Diniz, diretora da Fenae, com crianças da comunidade de Cidade Recreio

FENAE Agora

Lida por 75 mil empregados da Caixa Econômica Federal e distribuída para 3.500 entidades sindicais e associativas, órgãos de comunicação, organizações não-governamentais, deputados federais, senadores, governadores, assembleias legislativas e partidos políticos

ANUNCIE
Ligue para (61) 323-7516
ou escreva para
imprensa@fenae.org.br

A tradição do canto de corais pelo país

Apenas quatro Apcefs mantêm corais em atividade, com shows em diversos lugares

Combinar sons de modo agradável ao ouvido é um dos maiores trunfos do canto coral, fenômeno oriundo da Grécia Antiga, época em que os figurantes das tragédias, das procissões cívicas e das cerimônias religiosas acompanhavam a dança cantando sempre em coro. No decorrer dos anos, no entanto, a palavra coral passou a designar apenas a melodia cantada em conjunto, com ou sem instrumentos.

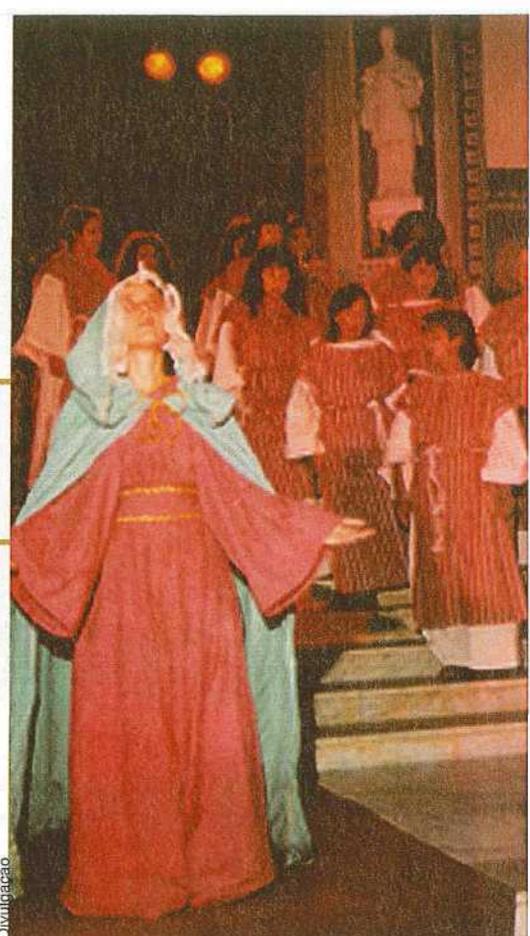
No Brasil, apesar da pouca tradição, os corais vêm experimentando fases de evolução com características nacionais, regionais e locais. Disciplina e

espírito socializador fazem parte do Cotidiano dos adeptos da música de coral.

Na Caixa, empregados de alguns estados têm participado de corais mantidos por associações de pessoal. Hoje, há apenas quatro corais de Apcefs em atividade. Para manter acesa a chama de cultura que corre nas veias dos empregados da Caixa em todo o Brasil, a Diretoria Cultural da

Fenae foi autorizada pelo CDN (Conselho Deliberativo Nacional), que esteve reunido no final de março deste ano, em Brasília, a patrocinar a produção e gravação de um CD de corais.

Pequeno número de corais das Apcefs impede gravação de um CD



Divulgação

Houve a tentativa de estimular a reativação dos corais da maioria das Apcefs, mas algumas delas alegaram dificuldades financeiras e operacionais para levar adiante em tempo hábil o processo de "ressurreição" desses grupos. Esses empecilhos, segundo Aparecida Diniz, diretora Cultural da Fenae, tornaram inviável a meta de gravação do CD, cuja renda seria revertida para o programa Fome Zero do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

No âmbito da Caixa, os corais em atividade são patrocinados pelas Apcefs de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Esses grupos têm em comum o fato de desenvolverem música de excelente qualidade, levando o nome da associação a diversos lugares. Eles funcionam, muitas vezes, como opção de engrandecimento cultural aos empregados da Caixa e a todos os que assistem às suas apresentações.



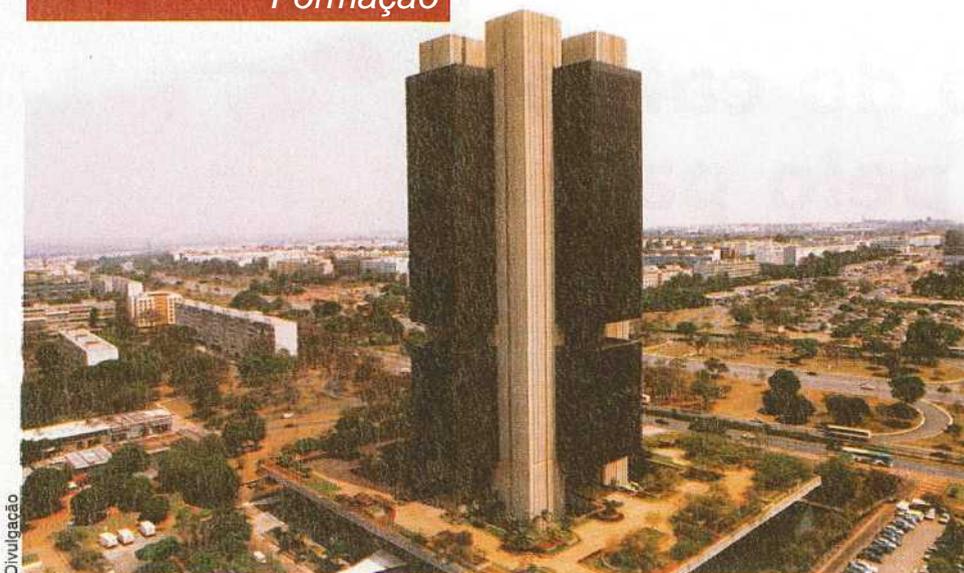
Coral da Apcef/PR já se apresentou até no exterior

Divulgação

Coral da Apcef/MG surgiu em 1969 e desenvolve trabalho artístico e social



Divulgação



Na sede do BC, em Brasília, são executados os rumos da política cambial do governo

BC: o executor da política econômica

A atuação do Banco Central passa pelo controle do crédito e da liquidez monetária

A atuação do Banco Central na política monetária passa por medidas de controle do crédito e da liquidez monetária (quantidade de dinheiro disponível na economia), de forma a garantir a estabilidade dos preços e, conseqüentemente, o poder de compra da moeda. Neste nível de atuação, as operações de mercado aberto, de redesconto e o depósito compulsório são os principais instrumentos do BCB.

O Banco Central pode atuar no mercado com operações de emissão e resgate de títulos, diretamente ou através de instituições autorizadas, os chamados *dealers*. Já o mecanismo dos depósitos compulsórios bus-

ca reduzir a capacidade de aplicação de recursos dos bancos, via retenção de percentual dos depósitos (à vista e a prazo).

Tanto as operações de mercado aberto como os depósitos compulsórios têm caráter macroeconômico, afetando, inclusive, as taxas de juros. As operações de redesconto, no entanto, são de ordem microeconômica e objetivam a solidez do sistema. Como instituições cuja finalidade é o lucro, os bancos procuram manter suas reservas (e provisões para descaixes) em níveis mínimos.

Para que não ocorra um descasamento entre retiradas e depósitos, o BCB acompanha diariamente o fechamento de todas as operações de entrada e saída de recursos dos bancos. Caso o fluxo de saída seja maior que o de entradas e o banco não consiga financiamento com outras

instituições, o BCB financiará este encaixe via redesconto, muitas vezes com aplicação de encargos punitivos. Este mecanismo enquadra-se em situações transitórias de liquidez.

As medidas concernentes ao controle das operações de crédito são baseadas nas diretrizes definidas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). São normas, controles e fiscalizações para contingenciar ou ampliar possibilidades de crédito, público ou privado, visando executar a política econômica definida pelo CMN.

Nosso país mantém relações comerciais e financeiras com o resto do mundo e o BCB é o órgão que apoia e executa a política econômica cambial. Em situações de estrangulamento no balanço de pagamentos*, por exemplo, é o Banco Central que nos representa frente a órgãos como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e age como intermediário junto a outros credores

***Balanço de pagamentos** é o registro das transações de um país com o resto do mundo, compreendendo a balança comercial, de serviços, transferências e movimentos de capital.

Medidas de controle do crédito são baseadas em diretrizes do CMN

Um novo sistema para os impostos

Projeto de reforma muda a cobrança de tributos mas não mexe nas fortunas

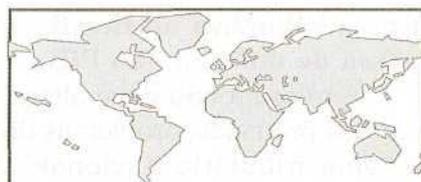
Um novo ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o fim de benefícios fiscais estão entre os principais pontos da reforma tributária, que o governo federal apresentou e o Congresso Nacional começou a discutir ainda em julho. Governadores, prefeitos, empresários, centrais sindicais, sindicatos patronais, associações de consumido-

Executivo, trabalhadores e empresários apresentaram propostas à reforma fiscal

res e deputados federais já apresentaram dezenas de sugestões ao projeto original, cuja relatoria ficou a cargo do deputado federal Virgílio Guimarães (PT/MG).

No ICMS, por exemplo, a mudança visa beneficiar os estados mais pobres, por migrar a cobrança para a ponta do consumo, e não da produção. O governo propõe ainda o fim gradual da guerra fiscal entre os estados.

Outras propostas são: a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) vira permanente; o setor agrícola ganha um sistema simplificado de tributação; a Receita Federal vira uma autarquia, com orçamento próprio e autonomia; a regulamentação do imposto sobre fortunas fica menos burocrática; e a cobrança de novo tributo só pode acontecer 90 dias após sua instituição.



Comparação da carga tributária sobre salários

País	% sobre o salário
Dinamarca	43,1%
Brasil	41,7%
Bélgica	41,4%
Alemanha	41,2%
Finlândia	31,7%
Polônia	31,0%
Suécia	30,4%
Turquia	30,0%
Noruega	28,8%
Holanda	28,7%
Áustria	28,6%
Uruguai	28,4%
Itália	28,1%
França	26,5%
Canadá	25,7%
Argentina	25,7%
Estados Unidos	24,3%
República Checa	23,7%
Suíça	21,5%
Espanha	19,2%
Panamá	18,4%
Portugal	16,5%
Irlanda	16,4%
Japão	16,2%
México	9,1%
Coréia do Sul	8,7%

Fonte: IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário)

Carga tributária no Brasil passa de um terço do PIB

A reforma não deve alterar um dos principais problemas do sistema tributário nacional: a carga de impostos no Brasil é uma das mais altas do mundo, chegando a 36,45% do PIB (Produto Interno Bruto). Estudo do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário) em países selecionados revela que apenas a Suécia e a Noruega têm cargas superiores à brasileira. Na América Latina, a regra geral é de impostos leves.

O presidente do Instituto, o tributarista Gilberto Luiz do Amaral, observa que 75% desse volume todo se concentram em impostos sobre a produção e so-



Lei complementar regulará fortunas

O texto da reforma prevê que o Imposto sobre Grandes Fortunas - que, na proposta, perde o termo "grandes" - seja regulamentado por lei complementar. A idéia inicial do governo era fazer a regulamentação posteriormente e por lei ordinária, mas o texto final acabou cedendo a pressões de

bre os rendimentos. "Ao optar em tributar fortemente a produção e os salários, os nossos legisladores desoneram o capital e o patrimônio, fazendo com que os mais ricos paguem proporcionalmente uma menor carga tributária", avaliam Amaral e João Eloi Olenike, também tributarista, no estudo do IBPT, que foi publicado na Internet.

Em valores absolutos, os 36,45% de imposto sobre o PIB representaram, em 2002, a soma de R\$ 232,7 bilhões em arrecadação para as três esferas de governo. Um dos impostos responsáveis pelo alto volume é o IR, que representa nada menos que 37% das receitas. A única boa notícia é as pessoas físicas pagaram menos renda em 2002, mas ainda assim pelo desemprego e pela queda dos salários reais.

Salários sofrem taxação pesada

Entre 26 países estudados pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, o Brasil está em segundo quando se trata de tributar salários. Com 41,7% de impostos incidentes sobre salários, o país perde apenas para a Dinamarca. Os salários são tragados com Imposto de Renda, INSS, FGTS, tri-

butos do Sistema S, salário-educação e outros. O estudo revela ainda que a proporção de imposto é menor, quanto maior o salário.

A situação se agravou nos últimos oito anos. Segundo matéria no jornal Folha de São Paulo, os impostos sobre o salário aumentaram 53,6%. No mesmo período, os bancos tiveram um aumento de apenas 11,7% na carga de impostos a pagar. Ao mesmo tempo, a massa salarial diminuiu 10%. Os lucros dos bancos cresceram 25%.

empresários. "A reforma tem de ser também politicamente viável", alegou o deputado Virgílio Guimarães em recente entrevista.

Pressões econômicas também resultaram na extinção desse tipo de imposto em várias partes do mundo. No entanto, somente na Comunidade Econômica Europeia há seis países, entre eles a Espanha, a França e a Suécia, que ainda adotam essa figura tributária. Em outros países desenvolvidos há ainda outros mecanismos fiscais de redistribuição de renda.

O professor Hugo, de Brito Machado, presidente do Instituto Cearense de Estudos Tributários, defende a cobrança do imposto sobre fortunas. Para ele, "agora que o governo vem adotando várias medidas para eliminar o déficit público, bem que algumas podiam ser adotadas também no sentido de minimizar a terrível injustiça social".

O Brasil, mesmo sendo um país em desenvolvimento, teria um alvo amplo para a cobrança desse imposto. Segundo o Relatório de

Riqueza Mundial 2003, boletim das empresas Cap Gemini Ernst & Young e Merrill Lynch, o número de brasileiros milionários caiu em 2002, mas em compensação os membros do clube acumulam 57,7% mais riqueza do que em 1997. Naquele ano, cerca de 90 mil pessoas tinham mais de US\$ 1 milhão, numa soma total de US\$ 700 bilhões. No ano passado, o grupo dos milionários murchou para 75 mil, mas em compensação reúne a bagatela de US\$ 1,1 trilhão.

Carga tributária em países selecionados

País	% do PIB
Suécia.....	53,20%
Noruega.....	44,90%
Brasil.....	36,45%
Alemanha.....	36,40%
Turquia.....	35,80%
Canadá.....	35,20%
Espanha.....	35,20%
Nova Zelândia.....	34,80%
Suíça.....	34,50%
Portugal.....	34,50%
Polônia.....	34,10%
Austrália.....	31,50%
Uruguai.....	30,30%
Estados Unidos.....	29,60%
Irlanda.....	29,20%
Japão.....	27,10%
Coréia do Sul.....	26,10%
México.....	18,30%
Argentina.....	17,40%
Chile.....	17,33%
Venezuela.....	15,90%
Paraguai.....	14,10%
Equador.....	13,00%

Fonte: IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário)

"Quem sabe faz a hora".

Participe com o seu sindicato do momento de transformação do Brasil.



Sindicalize-se!



O ciclo natural para recuperar a floresta

Especialistas apontam manejo florestal como técnica adequada para o equilíbrio ecológico

O manejo florestal no Brasil vive um dilema. De um lado, necessidade de organizar e modernizar as atividades de extração dos recursos florestais, incluindo a madeira, com um mínimo de impacto ao meio ambiente. De outro, uma realidade de colapso do equilíbrio ecológico: todos os anos saem da Amazônia 100 mil metros cúbicos de madeira, boa parte dela extraída de ma-

neira ilegal e insustentável.

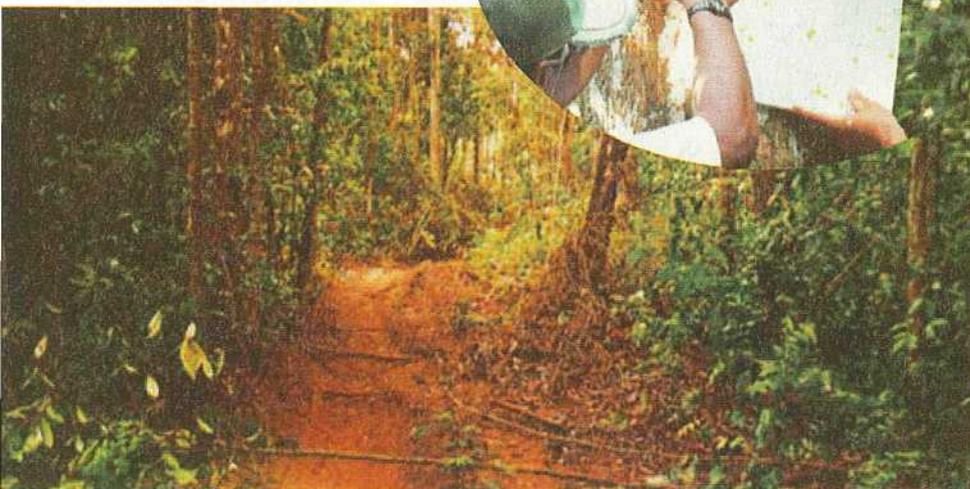
Definido como um conjunto de técnicas adequadas para o uso sustentável dos recursos ambientais, o manejo florestal imita o ciclo natural da floresta e diminui o prejuízo ao meio ambiente, aumentando a capacidade de regeneração das matas. Para o engenheiro e analista do Ibama (Insti-

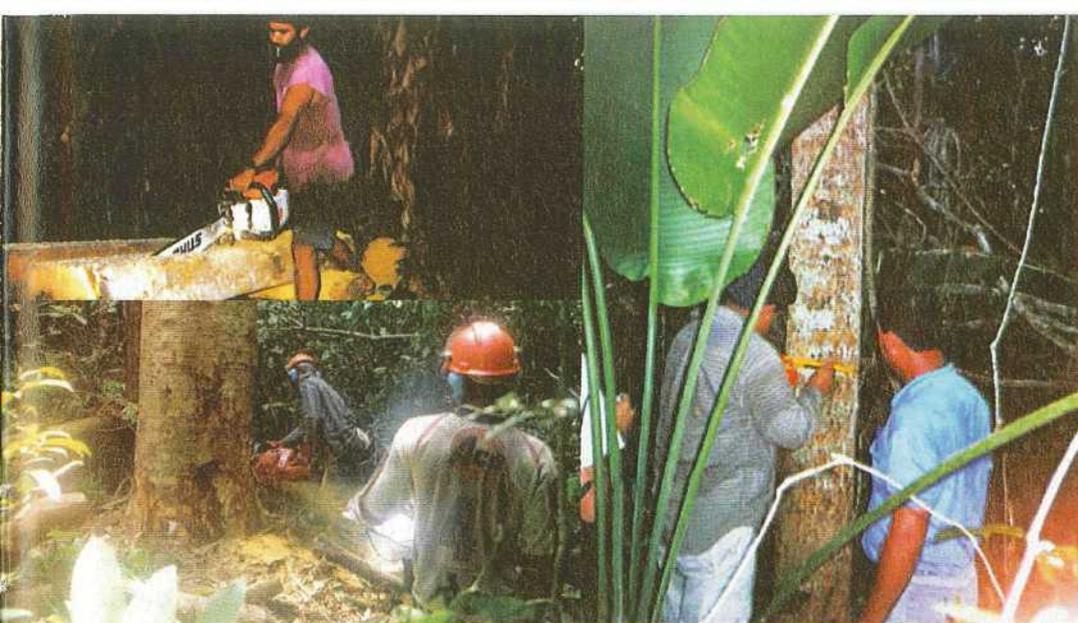
tuto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) Paulo José Prudente de Fontes, o futuro de regiões como a Amazônia passa pela proteção do patrimônio natural e por uma economia de base florestal eficiente e lucrativa, capaz de gerar renda e melhoria de qualidade de vida para a população local, sem deixar de ser uma floresta e tampouco sem abrir mão de sua cultura própria.

Na região amazônica, segundo Paulo Fontes, o manejo florestal precisa ter caráter múltiplo. Ele explica o porquê de sua tese: "Há na Amazônia uma floresta nativa e outra plantada, predominando na de segundo tipo duas ou três espécies, geralmente eucalipto e pinus. Na nativa, pelo contrário, trabalha-se com 40 a 50 espécies em uma mesma área. Deve-se estudar o tipo de floresta para a aplicação adequada das técnicas de manejo". Aliado a tudo isso, o engenheiro do Ibama acha que a mistura de planejamento com tecnologia otimiza a performance da floresta.



Cabe ao Ibama conferir a eficácia do ciclo de corte das madeiras no Brasil





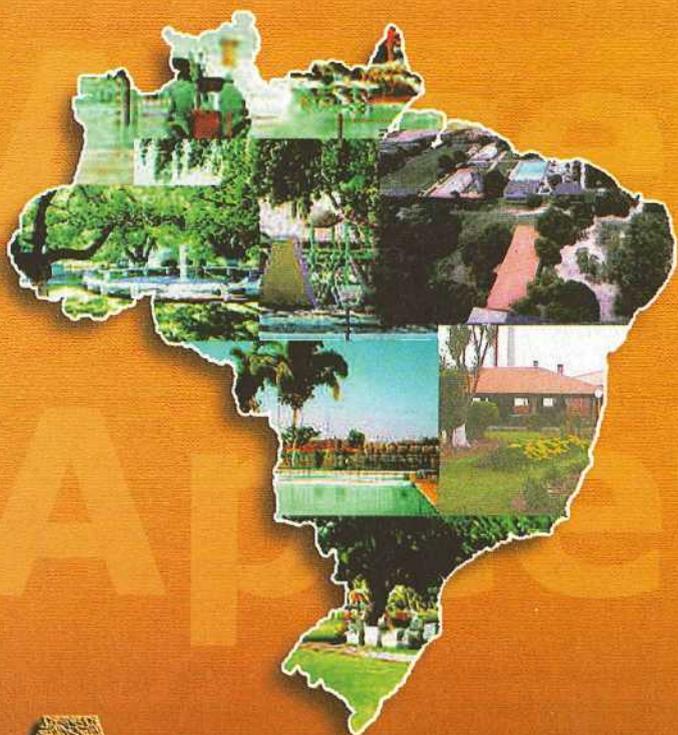
Exploração predatória da floresta provoca diversos danos ao meio ambiente

Divulgação / Ibama

Governo abre crédito para estimular manejo florestal

O lado perverso dessa moeda é a exploração florestal predatória, bastante comum na Amazônia, Acre, Mato Grosso, Pará e em Rondônia. Essa lógica se baseia na visão de que a floresta é um obstáculo ao desenvolvimento. Nada mais falso. Para combatê-la, o governo federal aprovou em junho a primeira linha de crédito de um banco público para um projeto privado de manejo florestal no país. O projeto é financiado pelo Basa (Banco da Amazônia) e beneficiou a Juruá Madeiras, empresa do Pará certificada pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal), o selo de maior credibilidade mundial do setor.

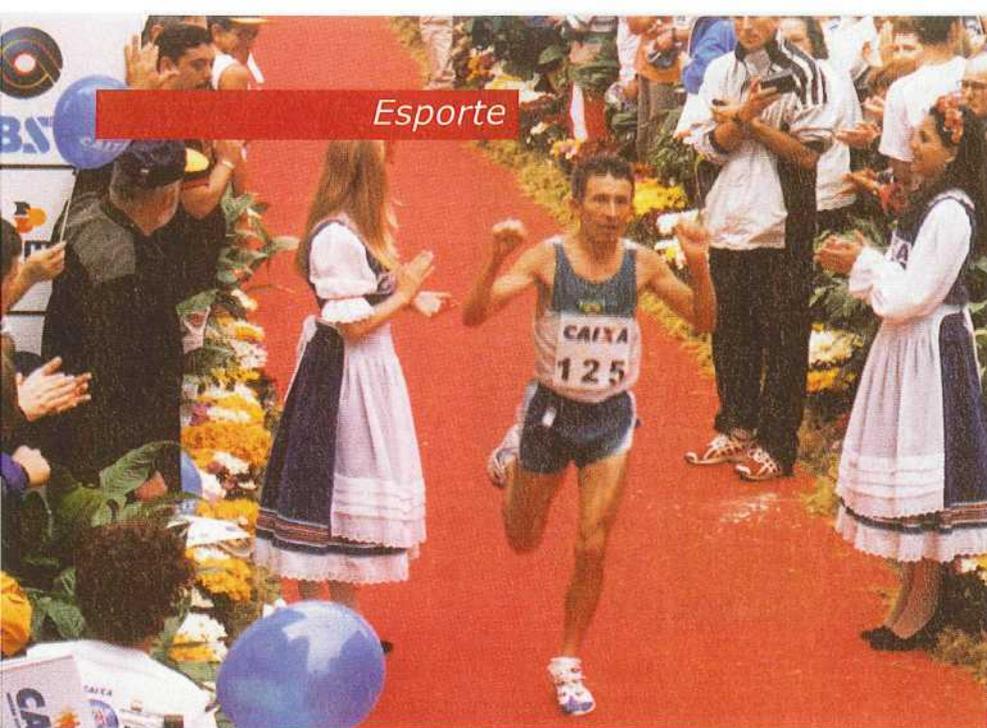
A certificação é um capítulo à parte. O processo é caro, mas necessário. Funciona como carimbo de que a madeira foi extraída com o menor comprometimento da floresta. Para receber o selo do FSC, as madeireiras devem garantir que sua cadeia produtiva cumpra regras estabelecidas internacionalmente, entre as quais o mapeamento detalhado de cada árvore a ser cortada, um diâmetro mínimo para o corte e a exploração da floresta em ciclo de pelo menos 20 anos. Objetivo dessas normas: recuperar o ecossistema.



Apcef

O movimento associativo dos empregados da Caixa mantém vivo o espírito de solidariedade e integração. Junte-se aos seus.

Filie-se à sua Apcef.



O atleta Ismael Pereira da Silva (PR) é empregado da Caixa

Divulgação

O Cotidiano dos corredores de rua

Falta de patrocínio é o maior empecilho para a ampliação da prática da corrida rústica no país

É difícil encontrar um esporte tão barato quanto a corrida rústica, que a cada temporada evolui em meio ao burburinho das cidades brasileiras, nas suas mais diversas categorias: provas internacionais, nacionais e regionais, dentro do padrão de 10, 20, 30, 40 e até 100 quilômetros. Ela pode ser exercida a céu aberto e, para isso, seus praticantes precisam apenas de muito esforço e vontade

para vencer. Enquanto alguns atletas participam das disputas em busca de medalhas, há outros que só desejam se divertir. A procura crescente pelo esporte força, inclusive, a CBAT (Confederação Brasileira de Atletismo) a estabelecer regras e normas para as competições.

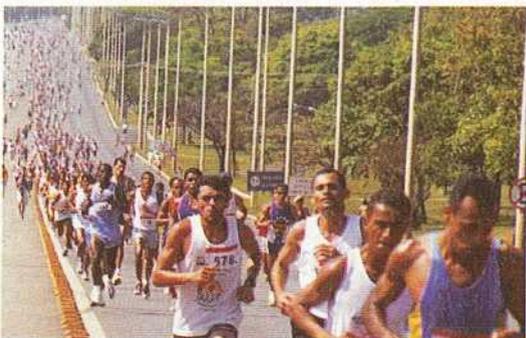
De acordo com os referenciais históricos, a corrida de rua é originária da Grécia. A difusão no Brasil data de quase 80 anos. Seu berço no país está na corrida

de São Silvestre, que se realiza em São Paulo na vira-da do ano. Desde então, as provas de curta, média e longa distância estão ser-

Procura pelo esporte fez CBAT difundir regras e normas para as competições

falta de patrocínio como o maior obstáculo para a ampliação da prática da corrida rústica no Brasil. Ele elogia, no entanto, a iniciativa da empresa de formar um banco de atletas para as provas oficializadas pela CBAT.

O maior incentivo para a prática da corrida rústica no país parte da Confederação Brasileira de Atletismo, que formalizou um cadastro de corredores de ruas e vem organizando anualmente, desde 1998, um único campeonato brasileiro na modalidade. É de 16 anos a idade mínima para os atletas participarem da competição.



As provas de rua são as responsáveis pela descoberta dos atletas

Alex Monteiro / Sesc-DF

Alfaiates e soldados na luta por liberdade

Conjuração Baiana teve como líderes pessoas oriundas das classes populares

Em 1798, por defenderem que "está para chegar o tempo feliz da nossa liberdade; o tempo em que seremos irmãos; o tempo em que seremos iguais", dois alfaiates e dois soldados, todos negros, foram enforcados pela Coroa Portuguesa, no desfecho da Conjuração Baiana. Seus líderes, os alfaiates João de Deus e Manoel dos Santos Lira, os soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens, buscaram inspiração na Revolução Francesa e na Inconfidência Mineira, com ecos na Maçonaria, para pregar a independência do Brasil, a república, igualdade racial, fim da escravidão e livre comércio.

Os antecedentes do levante, também conhecido por Revolta dos Alfaiates, estavam na criação da loja maçônica Cavaleiros da Luz, em Salvador. No começo, as idéias liberais eram difundidas apenas entre membros da elite baiana da época. Aos poucos, porém, as camadas mais humildes da população, incluindo negros escravos ou libertos, tiveram acesso ao pensamento iluminista.

Revolta começa com manuscritos nas ruas

Convertidos ao lema francês da "igualdade, liberdade e fraternidade", os quatro líderes coordenaram a fixação, em postes da cidade de Salvador, de manuscritos



anunciando o movimento, no dia 12 de agosto de 1798.

Logo, o governador da Bahia, Fernando José de

Portugal e Castro, ordenou a detenção do soldado Luís Gonzaga das Virgens, delatado por Carlos Baltasar da Silveira. A prisão provocou o acirramento da revolta, e os membros da conjuração entraram em Salvador sem nenhum preparo, sendo facilmente presos pelas tropas do governo.

No julgamento, os intelectuais maçons foram todos absolvidos. Vários revoltosos, pobres, foram condenados à prisão perpétua e ao degredo. Enforcados e esquartejados, Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas, João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lira (que tinha 18 anos) passaram à história como líderes do movimento. A Conjuração Baiana, de outro lado, foi eternizada como o maior exemplo de participação popular e antiescravista previamente à república, segundo o historiador Clóvis Moura.



A cidade de Salvador, no fim do século XVIII, refletiu os ideais da Revolução Francesa

Marcio Baraldi



Auto da luta pela terra em Sergipe

Folclore dos Caboclinhos e Lambe-Sujos na cidade de Laranjeiras lembra a destruição de quilombos

festas começam no sábado. Dois mocambos são construídos para abrigar os figurantes. Na manhã de domingo, os negros abordam os passantes e cometem pequenos furtos, ao som de pandeiros, bumbos, cuícas, reco-recos e tamborins. Os pertences são guardados no mocambo e podem ser obtidos de volta mais tarde, caso as "vítimas" paguem um "agrado" em dinheiro aos Lambe-Sujos.

Outubro é mês em que Caboclinhos e Lambe-Sujos se enfrentam nas ruas de Laranjeiras, cidade histórica de Sergipe. O auto relembra a destruição dos quilombos e mocambos negros pelos índios, a mando dos donos das terras sergipanas, bem como serve de comemoração ao fim da escravatura.

Associados propõem grupo de trabalho sobre planos de benefícios

Cada grupo tem sua caracterização. Os Lambe-Sujos se pintam de uma solução de tinta preta e melaço de cana, e usam calções e gorros vermelhos. Além do Rei, fazem parte do grupo uma Princesa e a Mãe Suzana, que apresenta uma escrava negra. Sua arma é uma foice de madeira, que

O evento acontece no segundo final de semana de outubro. As

presente uma escrava negra. Sua arma é uma foice de madeira, que

Durante todo o dia, os Caboclinhos e os Lambe-Sujos saem às ruas da cidade de Laranjeiras, com suas roupas típicas e as suas armas

Divulgação Embratur

Eduardo Guimarães

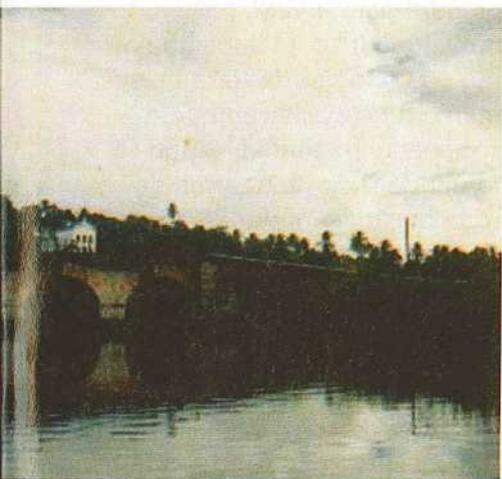
Laranjeiras nasceu em 1594 e possui muitos dos prédios históricos e monumentos religiosos

simboliza o trabalho nos canaviais e a luta por liberdade.

Os Caboclinhos adotam o roxo ou o vermelho e usam saítes, colares, pulseiras e cocares de penas. Para atacar os Lambe-Sujos, se armam de arco e flecha.

As diferenças também se notam na organização. Os índios são disciplinados, obedecem ao cacique e andam em fila indiana dupla. Os negros correm pelas ruas, ao som de seus instrumentos.

Os dois cortejos são formados pelos reis, seus filhos e outros personagens. O combate entre os dois grupos começa, então, pelas ruas de Laranjeiras. A causa imediata da briga é o seqüestro da rainha dos Caboclinhos. Na luta pela libertação da rainha adversária, os Lambe-Sujos são derrotados. No final do dia, eles voltam às ruas, para pedir esmolas aos passantes. Segundo Everton Calazans, morador de Laranjeiras e estudioso da história e tradições do município, "isso sinaliza que o negro se libertou, mas continua escravo".

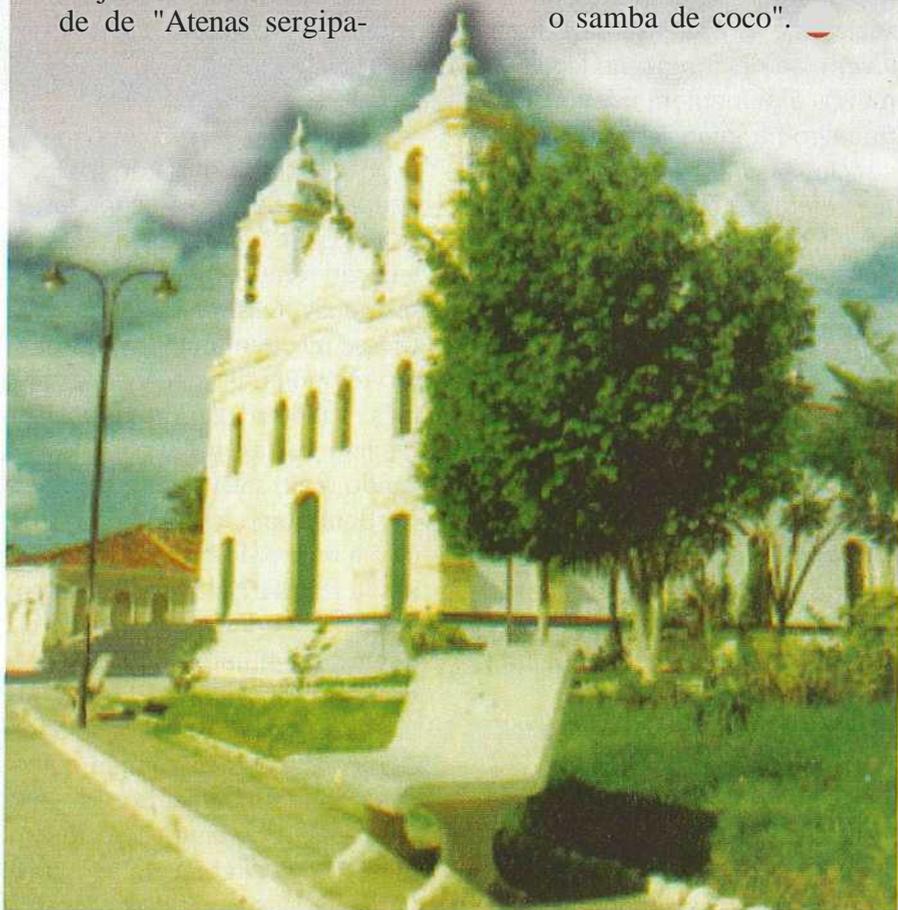


Cidade tem mais de 300 anos de história

Patrimônio Histórico Nacional, Laranjeiras surgiu em 1594 e obteve sua autonomia há 171 anos. No auge do município, no século XVIII, segundo conta Everton Calazans, a cidade era bilingüe - falava português e francês, inclusive entre os serviçais e escravos. A cidade fica a 17 quilômetros de Aracaju e teve os três primeiros teatros do estado.

Os habitantes de Laranjeiras chamam a cidade de "Atenas sergipa-

na", pela preservação dos casarios e sobrados históricos, prédios religiosos e monumentos naturais, como a Pedra Furada e cavernas. O município também sedia o Museu Afro-Brasileiro de Sergipe. Calazans informa ainda que "na vila de Mus-suca, as tradições dos negros sudaneses ainda são mantidas, como as danças de São Gonçalo do Amarante, com mais de 250 anos, e o samba de coco".



Eduardo Guimarães

Expediente

Administração e redação: Setor Comercial Sul, quadra 1, Bloco C, n° 30 Edifício Antônio Venâncio da Silva, 5° andar Brasília (DF) CEP 70395-900 Telefone (61)323-7516 Fax (61) 323-7804 / www.fenae.org.br - imprensa@fenae.org.br **Diretoria Executiva:** Diretor presidente José Carlos Alonso Gonçalves / Diretor vice-presidente Vaumik Ribeiro da Silva / **Diretor de Administração e Finanças** Pedro Eugênio Beneduzzi Leite / **Diretor de Comunicação e Imprensa** Antônio Bráulio de Carvalho / **Diretor de Esportes** Paulo Rocha Cunha / **Diretora Cultural** Maria Aparecida Torres Diniz de Almeida / **Diretora Executiva** / Tânia Cristina Barros de Aguiar / **Diretor Executivo** Emanuel Sousa de Jesus **Conselho Fiscal:** Titulares Sérgio Santos Serra / José Francisco de Assis Cavalcante Neto / Devanir Camargo da Silva - **Suplentes** I Francisca De Assis Araújo Silva / Alberi Bernardi Boiaski / Valmir Gôngora **Conselho Deliberativo Nacional:** Presidente Antônio Carlos de Oliveira - **Vice-presidente** Fabiana Mathews - **Secretária** Emerenciana Barbosa do Rego. **Edição e redação:** Antônio José Reis / Evandro Peixoto / Marcio Achilles Sardi **Design e ilustração:** Lisarb Sena de Mello **Consultoria:** Murilo Barella (Subseção do Dieese) **Colaboradores:** Márcio Baraldi / Jânio de Freitas **Impressão:** Bangraf **Tiragem:** 75 mil exemplares / Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. **Distribuição gratuita**

Trabalho na infância é algo conveniente?

▶ Andréa Muchão e Suzanna Sochaczewski, técnicas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)

As opiniões se dividem. Enquanto a lei brasileira proíbe o trabalho antes dos 16 anos e uma parte da sociedade se organiza para fazer valer essa determinação legal, muitos argumentam a favor do trabalho na infância e na adolescência.

O fato é que, segundo dados recentes, apesar da ilegalidade desse trabalho, 2.647.750 crianças de cinco a 14 anos trabalham no Brasil, o que corresponde a cerca de 3% dos ocupados no mercado de trabalho brasileiro.

Os problemas presentes nas grandes cidades - como falta de espaços protegidos para recreação, poucas oportunidades de estudo, pais ausentes - acabam convencendo muita gente que é melhor a criança estar trabalhando do que nas ruas.

De acordo com pesquisa feita pelo Dieese sobre o trabalho de crianças em seis capitais brasileiras¹, aquelas que trabalham têm maior probabilidade de serem prejudicadas em seu desenvolvimento físico, psíquico, intelectual e social, algumas vezes já a curto prazo, embora mais freqüentemente as conseqüências apareçam na idade adulta. A infância com suas atividades próprias é fundamental para a formação do adulto.



Augusto Coelho

Segundo pesquisa do IBGE, do total das crianças ocupadas, entre 10 e 14 anos, cerca de 56% não são remuneradas. As pesquisas qualitativas realizadas pelo Dieese mostram que aquelas que são remuneradas, recebem por mês quantias inferiores ao salário mínimo, muitas vezes não alcançando meio salário mínimo.

Será que o trabalho da criança é a melhor forma de elevar a renda familiar? Não será que um aumento gradativo do salário mínimo ou uma distribuição equitativa dos ganhos de produtividade entre o capital, os salários e os consumidores ou uma política de renda mínima, bolsas escolares, programas de geração de emprego e renda, entre outras várias políticas públicas possíveis, não substituem com vantagem o trabalho de crianças?

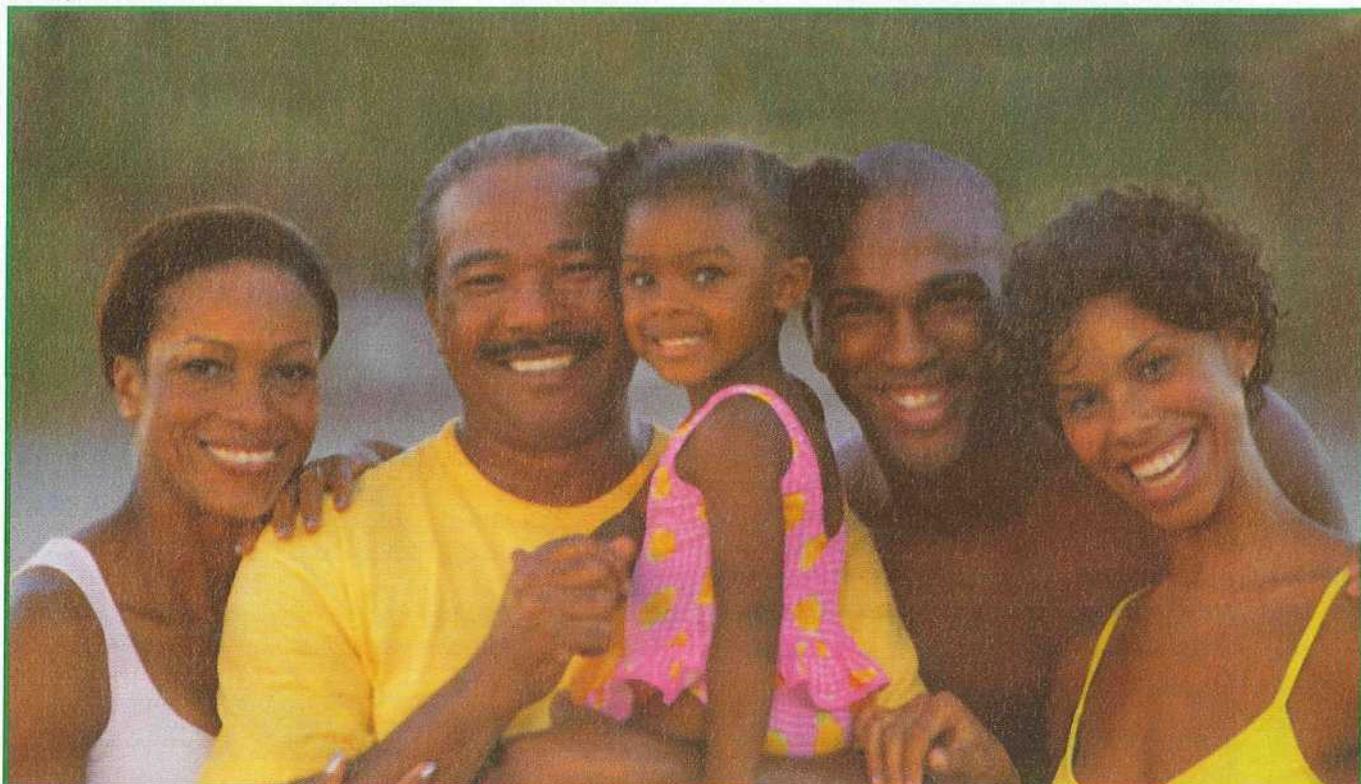
Mais de 50% das crianças que trabalham repetiram o ano pelo menos uma vez. Uma pesquisa recente² do Dieese sobre o trabalho de crianças em olarias, pedreiras e marcenarias,

mostra que, embora 39% das crianças que trabalham não consigam explicar o motivo da repetência, 17% delas atribuíram suas dificuldades na escola às faltas provocadas pelo trabalho.

Portanto, outro equívoco é achar que o trabalho na infância prepara para a vida, para o trabalho adulto. O trabalho na infância, em vez de ser o instrumento de capacitação que a sociedade lhe atribui, acaba se tornando mais uma forma de reprodução e aprofundamento da desigualdade social existente. Suas conseqüências são percebidas imediatamente, no caso de mutilações e doenças, na defasagem escolar ou pelo abandono dos estudos. **FA**

1 - *O trabalho tolerado de crianças em seis capitais brasileiras. Belém, Recife, Goiânia, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, Dieese, 1996.*

2 - *O trabalho de crianças em olarias, pedreiras e marcenarias. Dieese, 2000.*



Anapar

**Fortaleça a luta em
defesa dos direitos
previdenciários.**

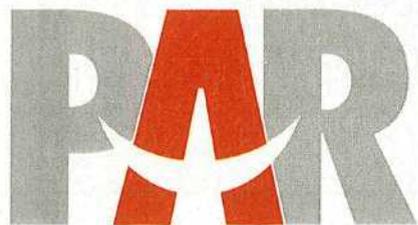
Filie-se à Anapar

*Associação Nacional dos Participantes
de Fundos de Pensão.*

*Confira a ficha de filiação e as instruções para
preenchimento e envio dos dados no endereço*

www.anapar.com.br

VOCÊ



Um Programa de Relacionamento em que VOCÊ está em primeiro lugar. Em breve, os Empregados e os Aposentados da CAIXA vão conhecer muitas formas de benefícios para melhorar a qualidade de vida e garantir o futuro.

Especialmente para VOCÊ e sua família.